



**ORLANDINA FERREIRA MACHADO**

**AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E SISTEMA FAMILIAR**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
ECOLOGIA E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

**Goiânia**

**2009**

**ORLANDINA FERREIRA MACHADO**

**AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E SISTEMA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao curso de  
Mestrado em Ecologia e Produção  
Sustentável da Universidade Católica de  
Goiás para obtenção do título de Mestre.

**Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa**

**Goiânia, 2009**

O76f Machado, Orlandina Ferreira.  
Agricultura Sustentável e Sistema Familiar/ Orlandina  
Ferreira Machado. – Goiânia, 2009.  
76 p.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de  
Goiás, Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável,  
2008.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

1. Agricultura familiar.      2. Desenvolvimento  
sustentável.

**ORLANDINA FERREIRA MACHADO**

**AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E SISTEMA FAMILIAR**

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora

---

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa (UCG)

Orientador

---

Profa. Dr. Marcos Antonio da Silva (UCG)

Membro externo

---

Profa. Dra. Cleonice Rocha

Membro



## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Maria Rosa Machado, pelo amor e o carinho eternos.

À minha família, que sempre me apóia e me fortalece na minha trajetória.

Ao meu marido, Prof. Fonseca, que mesmo no seu silêncio torcia pelo meu crescimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS por ter me dado impulso quando quis esmorecer, enchendo-me de força e coragem para vencer mais um obstáculo da minha vida.

Ao Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável – MEPS - coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Cleonice, pela oportunidade de realização deste curso.

A todos os professores e colegas desta turma de Mestrado.

Ao queridíssimo professor orientador Dr. José Paulo Pietrafesa, que desde o primeiro contato, ainda que contra minha crença, acreditou em minhas idéias, recebendo-me como sua orientanda, atendendo-me sempre muito bem, com paciência, serenidade e humildade, ouvindo minhas angústias, desafiando-me nos momentos de descrença.

À minha mãe, que tantas vezes deixei sozinha para enfrentar esta estrada em direção à continuidade.

Ao meu marido, Raimundo Fonseca, que por vezes se fez ausente do processo, mas soube aceitar minhas ausências familiares.

Aos colegas de turma, Marciana Alves Barbosa, Tânia Maria Andrade e Veronildo Moura, pela convivência e troca de conhecimentos

Aos amigos Sanmia e Ricardo, pela ajuda incondicional.

Ao amigo Valquenes pela sua disponibilidade em me ajudar.

A amiga Gazinha, porto seguro nas revisões e no carinho.

À FMB - Faculdade Montes Belos, na pessoa dos seus gestores, pela iniciativa e pela oportunidade da bolsa de estudo.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu edificasse esse sonho. Peço desculpas se tiver esquecido de algum nome, porém em minhas orações estarei sempre lembrando de todos/vocês.

“A natureza não é imune à nossa presença. A compreensão disso foi chocante para mim, pois eu herdara uma crença que ainda é transmitida para a maioria das crianças: a crença de que a Terra é tão vasta e a natureza tão poderosa, que nada que façamos pode ter algum efeito importante ou duradouro sobre o funcionamento normal dos sistemas naturais (...) Precisamos olhar e enxergar, não só ouvir, mas escutar; pesquisar a fundo nossas mentes, corações e espíritos. Buscar a sensatez: deter paralisias e distorções (...) Poderemos acabar deixando pouco mais que um mistério para alguma nova comunidade humana em um futuro longínquo, que ficará intrigada, tentando compreender o que aconteceu à antiga civilização perdida, que ergueu tantas grandiosas construções de concreto, aço e plástico, muito tempo atrás...”

**Al Gore**

## RESUMO

Na presente dissertação, analisou-se a influência da agricultura familiar em seus aspectos sociais e econômicos no município de São Luís de Montes Belos-Goiás. Os estudos apresentados neste trabalho buscaram compreender as formas de uso de tecnologias, visão de sustentabilidade, engajamento social do agricultor e a aplicação de recursos públicos na agricultura, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. O estudo voltou-se para o levantamento de dados que dessem conta de demonstrar se o agricultor familiar está preocupado com a sustentabilidade de seu sistema de produção. Os objetivos gerais foram: identificar as reflexões sobre os diversos conceitos de agricultura familiar apresentados por alguns autores, tais como Caume (1997), Porto e Siqueira (1994), Lamarche (1993), Pietrafesa (2002), que trabalham essa categoria e como o agricultor inseriu-se na produção leiteira, buscando, ou não, modelos sustentáveis de desenvolver seu sistema familiar. Ainda, captar as diferenças entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, apresentadas por diversos autores, tais como Pires (1998) e Santos (2004). Objetivou-se, ainda, compreender como se organiza o sistema de produção em São Luís de Montes Belos. A metodologia utilizada baseou-se em dois procedimentos. O primeiro foi o levantamento bibliográfico para o suporte teórico. O segundo foi a realização de pesquisa de campo com aplicação de questionários aos agricultores familiares do município e análise dos dados. Com a análise foi possível a obtenção de informações sobre a visão desse setor sobre questões pertinentes ao uso de tecnologia, produção leiteira e sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar no município de São Luís de Montes Belos; Sustentabilidade Rural; Desenvolvimento Rural Sustentável.

## ABSTRACT

The present dissertation analyzed the influence of familiar agriculture in its social and economic aspects in the city of São Luis de Montes Belos (SLMB). The studies in this work seek to comprehend the ways that technologies are used, the view of sustainability, the farmer social engagement and, the investment of public resources in agriculture through the PRONAF. The central question turned to the survey of data that shows whether the familiar farmer is concerned with sustainability in its own production system. The general objectives were identify the reflections about various concepts of familiar agriculture presents by some authors like Caume (1997), Porto e Siqueira (1994), Lamarche (1993), Pietrafesa (2002), which work this category of farmers and, how this social actor become part of dairy production, looking for, or not, sustainable models of develop its familiar system. And, observe the differences between the sustainability and the sustainable development, presents by some authors like Pires (1998) e Santos (2004). Nevertheless, sought comprehend how it is organized the production system in São Luis de Montes Belos. The methodology used was based in two procedures. The first procedure was to review the specialized literature, to create theoretic support to this dissertation. The second was the achievement of field work, with the application of questionnaires to the local familiar famers, which enable the analyses of the data and the obtaining of information about the vision of this sector concern the questions pertinent to the use of technologies, dairy production and sustainability.

**Key-Words:** Familiar Agriculture in the city of São Luís de Montes Belos, Rural Sustainability, Sustainable Rural Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região Oeste Goiano.....	33
Figura 2 - Pib Municípios Goianos 2006 .....	35
Figura 3 - Distribuição população economicamente ativa (1970-2007) .....	36
Figura 4 - Situação do meio ambiente do Oeste-goiano .....	42
Figura 5 – Rodovias que perpassam São Luís de Montes Belos .....	44
Figura 6 - Microrregião de São Luís de Montes Belos .....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção rebanho bovino e produção leite (2004-2005) .....	37
Quadro 2 - Balança Comercial - exportação .....	38
Quadro 3 – Composição das famílias quando chegaram a propriedade.....	51
Quadro 4 - Informações ambientais no uso da terra .....	54
Quadro 5 - Informações sobre manejo com uso da terra: comparação ano da chegada com atualidade .....	56
Quadro 6 - Participação dos produtores em organizações sociais .....	58
Quadro 7 - Áreas de lazer próximas da propriedade e quais as formas de lazer preferidas pela família .....	60
Quadro 8 - Possibilidades de permanência de sua família na propriedade .....	61
Quadro 9 - O que deve ser feito <i>EM PRIMEIRO</i> lugar para melhorar a vida de sua família e a dos agricultores familiares? .....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS da região Oeste Goiano .....	34
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal ( IDH - M ) - 2004 .....	39
Tabela 3 - População atendida água, esgoto (2006) e destino do lixo - 2000 .....	39
Tabela 4 - Ano da chegada do proprietário em sua área .....	50
Tabela 5 - Estrutura fundiária dos agricultores pesquisados: (área em ha. no período da pesquisa).....	54

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPOCS - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APL – Arranjo Produtivo Local

CMMAD - Comissão Mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FMB - Faculdade Montes Belos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU - Organizações das Nações Unidas

PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

PNUMA - Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEPLAN - Secretária Estadual do Planejamento

SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação.

UEG - Universidade Estadual de Goiás



## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	10
LISTA DE QUADROS .....	10
LISTA DE TABELAS .....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	12
INTRODUÇÃO .....	14
CAPITULO I .....	19
1 AGRICULTURA FAMILIAR .....	19
1.1 Agricultura Familiar: diversidades conceituais .....	19
1.2 Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável? .....	23
1.3 Agricultura Familiar e Sustentabilidade .....	27
CAPÍTULO II .....	32
2 AGRICULTURA FAMILIAR EM SAO LUIS DE MONTES BELOS .....	32
2.1 Região Oeste Goiano .....	33
2.2 Microrregião de São Luís de Montes Belos .....	44
2.2.1 Importância do APL Leite na Microrregião de São Luis de Montes Belos .....	47
2.3 São Luís de Montes Belos .....	50
2.3.1 Agricultura familiar e os dados de campo .....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	70
ANEXO .....	74

## INTRODUÇÃO

A fim de conhecer a sustentabilidade de atividades agrícolas no município de São Luís de Montes Belos, Goiás, propôs-se este estudo acerca do comportamento do agricultor familiar desse município, buscando entender as alternativas e propostas ali desenvolvidas, que visem mantê-los em suas propriedades, ficando estas ativamente ocupadas durante todo o ano.

Buscou-se conhecer o universo das propriedades pesquisadas, ainda parcialmente desconhecido no município, faltando até mesmo bibliografias que auxiliasse no trabalho proposto, destinado à compreensão da realidade local.

Desse modo, um dos segmentos dessa busca acadêmica de conhecer o universo do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos foi à coleta de dados empíricos, o que muito auxiliou na compreensão deste ator social.

Pretende-se mostrar que, com a implantação de políticas públicas, dentre as quais se destaca a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>1</sup>, o agricultor familiar de São Luís de Montes Belos encontrou suporte que lhe possibilita criar mecanismos de manutenção de seu sistema de produção e de sua propriedade.

Sendo assim, fazem-se necessários a inovação e o conhecimento por parte desses atores acerca das políticas públicas que venham atender as suas necessidades e suas condições socioeconômicas, para só então criar mecanismos para que consigam enfrentar os desafios de diversificação e tecnologia, processo que poderá auxiliá-los a se manter no seu contexto familiar e gerar um desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa busca conhecer aspectos como inclusão social e desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar e como esse desenvolvimento interfere, em nível municipal, no tocante à geração de emprego e renda, ao impacto na qualidade de vida, à redução do êxodo rural, entre outros.

Embora a literatura existente sobre a agricultura familiar no Brasil seja abundante, isso não ocorre nos estudos sobre a região de São Luís de Montes Belos, aspecto que origina, neste particular, algumas dificuldades para o

---

<sup>1</sup> Criado pelo Decreto nº. 1.946 de 28 de junho de 1996 e normatizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Portaria nº. 102-95.

desenvolvimento teórico e de pesquisa de campo nesta região. No presente estudo, fez-se inicialmente reflexões sobre a importância do tema em caráter geral e, somente após as pesquisas de campo, identificaram-se as características do agricultor familiar, no âmbito municipal, e sua inserção em programas de crédito e políticas públicas.

As reflexões iniciais indicaram a necessidade de analisar questões em aberto na região Oeste Goiano e no município de São Luís de Montes Belos. O agricultor familiar deste Município consegue entender a importância da sustentabilidade? O nível de tecnologia do Agricultor Familiar no Município atende aos conceitos de sustentabilidade? As atividades socioeconômicas do agricultor familiar estão relacionadas com o conceito de sustentabilidade? Que planos de ação de políticas públicas são desenvolvidos pelos espaços públicos (Prefeitura, Estado e Federação) que privilegiam as propostas de sustentabilidade no espaço da agricultura familiar?

Nesta dissertação, o objetivo geral está identificado como: compreender as formas de atuação do agricultor familiar em São Luís de Montes Belos apreendendo se esse personagem influência direta e ou indiretamente no crescimento e na sustentabilidade do Município.

São seus objetivos específicos: entender como o agricultor familiar vê a sustentabilidade; identificar se há o uso de tecnologias e em que contexto há esse uso; levantar as principais atividades econômicas exercidas no Município mediante a atuação do PRONAF; perceber o reflexo dessa atividade na manutenção da sustentabilidade ambiental.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste projeto foi a Pesquisa Quantitativa/ Qualitativa Descritiva. Segundo Asti Vera (1974, p. 224):

As pesquisas Quantitativas Descritivas destinam-se a descrever as características de uma determinada situação a partir de dados primários, obtidos originalmente por meio de entrevistas pessoais ou discussões em grupo. São caracterizados por possuírem objetivos bem definidos, procedimentos formais e serem bem estruturadas para a solução de problemas de avaliação de alternativas de opções de ação. O estudo quantitativo procura ter dados representativos da população de interesse se caracterizando pela pouca profundidade dos levantamentos e grande amplitude através de amostras representativas e sumárias estatísticas.

Corroborando com a opinião de Vera, Pope e Mays (1995), apud Neves (1996), salientam que:

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difira quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição.

Assim, utilizou-se neste trabalho a metodologia mencionada anteriormente por considerar que vem ao encontro da proposta do tema e do interesse da pesquisa, com que se buscou estudar: características do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos; se este agricultor familiar influencia direta e indiretamente no desenvolvimento do Município e se possui uma relevância social, trazendo melhoria sem degradar o ambiente.

Para a coleta de dados e informações, recorreu-se a entrevistas, que, segundo Lakatos e Marconi (1991, p.173), “[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Esse procedimento corrobora o interesse da pesquisa por ser, segundo as autoras citadas, uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistador, verbalmente, a informação solicitada.

Deu-se início às pesquisas em fontes secundárias como: livros, dissertações, periódicos, artigos científicos, facilitando, assim, a elaboração do projeto da pesquisa de campo.

A pesquisa exploratória aconteceu com visitas à Agência Rural (São Luís de Montes Belos e Goiânia); Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente (São Luís de Montes Belos), durante o segundo semestre do ano de 2007 e o mês de janeiro de 2008.

Concluído o levantamento bibliográfico, aglutinou-se todo o material coletado, tanto teórico quanto empírico, para a efetivação de dois momentos: um resumo sistemático destacando assuntos relacionados com o tema e com a relevância para a pesquisa pretendida e uma síntese baseada nos autores referenciados.

Após o levantamento dos dados secundários, principiou-se a busca pelos dados primários por meio da pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (1991, p.185), esta pesquisa é “[...] utilizada com o objetivo de conseguir

informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. As autoras afirmam, ainda, que a pesquisa de campo está voltada para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros e destina-se à compreensão de vários aspectos da sociedade.

A delimitação do Município de São Luís de Montes Belos, como campo de pesquisa, decorreu de dois interesses: o primeiro, e principal, a representatividade do município na região denominada Oeste Goiano, constituindo São Luís de Montes Belos, cidade pólo para a expansão da produção de leite, que é a base da agricultura familiar na região. O segundo interesse está relacionado à baixa produção acadêmica no que se refere aos estudos sobre este ator social do município em questão.

O universo da pesquisa é composto por 530 Agricultores Familiares. A população (amostra) é composta de 32 agricultores. Essa amostra tem o caráter não probabilístico, que é conceituado por Lakatos e Marconi (1991, p. 115) assim: “Neste tipo de amostra o universo a ser estudado é dividido em subuniversos, e a amostra total é distribuída entre os subuniversos respeitando suas proporções”. Essa amostra diversificada tem como princípio que é preciso ter conhecimento das várias ramificações da população selecionada, ou seja, a relevância desta diversificação implica o enriquecimento das informações adquiridas sob o prisma da heterogeneidade.

A presente dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro traz uma análise da construção conceitual de Agricultura Familiar e, também, da relação deste setor com o conceito geral de desenvolvimento sustentável e agricultura sustentável.

O segundo capítulo versa sobre o município de São Luís de Montes Belos e a região onde este se situa, Oeste Goiano. Observou-se a relevância do município como cidade pólo e como referência para os municípios limítrofes na participação do Arranjo Produtivo Local (APL), tendo o leite como seu produto de destaque.

Ainda nesse mesmo capítulo foram colocadas em relevo a agricultura familiar em São Luís de Montes Belos, suas particularidades e sua relação direta com a sustentabilidade do município e região.

A este segundo capítulo seguem as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

# CAPÍTULO I

## 1 AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo tem como objetivo identificar os diversos conceitos de agricultura familiar apresentados por alguns autores, tais como Caume (1997), Porto e Siqueira (1994), Lamarche (1993), Pietrafesa (2002), que trabalham essa categoria de agricultores e como este ator social se insere na produção, buscando, ou não, modelos sustentáveis de desenvolver seu sistema familiar. Ainda neste capítulo, estabelecem-se diferenças entre a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável, recorrendo, para tanto, a teorias de autores como Pires (1998) e Santos (2004).

### **1.1 Agricultura Familiar: diversidades conceituais**

O ator social e econômico denominado Agricultor Familiar, apresenta –se sob uma enorme diversidade de situações e condições históricas, o que leva a diferentes definições para este segmento social. Segundo Caume (1997, p.11):

[...] a dificuldade em se determinar o real significado da importância social e econômica da produção familiar no conjunto da agricultura brasileira reside na existência de grandes divergências ao nível da definição dos critérios que delimitam o universo do que se pode denominar 'agricultura familiar'.

Alguns autores acordam que a noção de “agricultura familiar” pode até ser recente no Brasil, mas as categorias sociais com a qual ela se identifica não são novas. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, falava-se em campesinato e o conceito era carregado de conteúdo político e ideológico.

Um dos primeiros estudiosos a diferenciar campesinato, também denominado de sociedade camponesa de agricultura familiar foi Abramovay (1992), que identifica esta última como oriunda do campesinato, mas se distingue deste pela forma de organização do trabalho e da produção, em virtude de sua integração com os mercados.

Segundo esse autor, os camponeses podiam ser vistos como parte de “[...] sociedades parciais, com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a

mercados imperfeitos, enquanto que a agricultura familiar é integrada ao mercado e tem capacidade de responder tanto aos avanços técnicos quanto às políticas governamentais. [...] aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

A diferenciação feita pelo autor acima indica que se poderia caminhar para duas situações particulares no Brasil. A primeira é a aceleração de um processo de substituição da cultura camponesa pela da agricultura familiar, levando uma parte dos camponeses a se integrarem à produção mercantil e se aproximarem da lógica da agricultura familiar. A outra situação é o desaparecimento do setor de camponeses dada a pressão mercantil e venda das propriedades, o que ocorreu em alguns países europeus.

De acordo com a visão de Lamarche (1993, p. 15), alguns autores citados na literatura têm uma lógica de pensamento que vai ao encontro da certeza de que a exploração camponesa é também familiar, reafirmando que a exploração camponesa como forma de estrutura produtiva tem tendência a desaparecer. Conforme Lamarche (id): “No que diz respeito à agricultura francesa, Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses. [...] Na verdade, a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu do território francês, mas com certeza a exploração familiar não, e não se podem confundir as duas coisas”.

Pietrafesa (2002) assegura que o tipo de atividade da agricultura familiar possibilita a reprodução socioeconômica do setor, quando este se relaciona com outros modos de produção que o rodeia, diferentemente do camponês que, como ator econômico e social tende a desaparecer.

Nesta mesma linha de reflexão, Wanderley (1996), que identifica no campesinato vínculos com a agricultura familiar, apresentou trabalho no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), reafirmando seus postulados, quando assim se expressou:

A agricultura camponesa vem a ser uma destas formas sociais. Trata-se, efetivamente, de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família, mas a agricultura camponesa tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade (WANDERLEY, 1996, p. 4).



A identificação das diferenças entre o sistema de produção de agricultores familiares e o sistema camponês só é possível, entretanto, mediante um olhar sobre as mudanças ocorridas no meio rural, que se deram por dois processos: urbanização acelerada, de um lado, e tendência a manutenção de ritmo próprio, com avanços pouco significativos, de outro.

De uma discussão ocorrida nos anos de 1970 sobre pequena produção ou produtores de baixa renda, a categoria pequena produção ganha, a partir de 1980, outras classificações, quais sejam: integrados, excluídos e subsistência. No tocante aos excluídos, a discussão centrava-se em torno dos sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores em áreas rurais, mas que não eram proprietários, ou mesmo não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores.

Com intuito de delimitar o universo denominado “agricultura familiar”, usando como base os dados do Censo Agropecuário de 1985 a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) firmaram, em 1997<sup>2</sup>, um convênio mediante o qual se convencionou que fossem considerados estabelecimentos familiares aqueles que obedecessem às seguintes condições:

- a) que a direção dos trabalhos fosse exercida pelo produtor;
- b) que na unidade de produção não fossem feitas despesas com serviços de empreitada;
- c) que o estabelecimento não utilizasse empregados permanentes e que o número médio de empregados temporários fosse menor ou igual a quatro ou que o estabelecimento admitisse um empregado permanente e o número médio de empregados temporários fosse menor ou igual a três;
- d) que a área total do estabelecimento fosse menor ou igual a quinhentos hectares nas regiões Sudeste e Sul, e mil hectares nas demais regiões.

Lamarche (1993, p.14), caracteriza a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família em um processo que cria interdependência entre os três fatores: propriedade, trabalho e família.

---

<sup>2</sup> A Categorização de Agricultura Familiar utilizada pelos organismos citados esta embasada no Decreto Lei (DL) nº 1946/96 que cria Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e em 2007 passou a ter caráter de Lei através da aprovação da Lei nº 443/07.

Definições mais recentes são adaptadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2002), que tem uma classificação específica para a categoria agricultores familiares. É a única utilizada no atendimento aos beneficiários desse programa, no que se refere a financiamentos. Nesse programa agricultor familiar é atendido como: proprietário, posseiro, assentado da reforma agrária, extrativista, parceiro, meeiro, arrendatário, colono, rendeiro, ocupante, pescador artesanal, agregado, índio, acampado, ribeirinho, caiçara e remanescente de quilombo, assalariados rurais e outros que se identifiquem como público beneficiário.

Abramovay e Veiga (1999, p. 26), asseveram que as classificações mencionadas parecem ser mais “[...] o resultado de uma negociação política do que uma definição precisa e minimamente lógica”.

A propósito, na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar está consignada no Inciso II do artigo 4º, do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

Propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até quatro módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre quatro e 15 módulos fiscais. (MDA, 2000)

A partir de 24 de julho de 2006, um novo contexto se abriu no Brasil para o segmento em estudo, quando foi sancionada a Lei 11.326/06 (BRASIL 2006), que legaliza a Agricultura Familiar. Esta Lei define os conceitos que atendem à agricultura familiar e também ao agricultor familiar e prevê a descentralização (com participação de Municípios, Estados, Governo Federal e produtores rurais) na gestão dos programas agrários. Também especifica parâmetros para o enquadramento do Agricultor Familiar:

a) não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade padrão para todo o território nacional).

b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento.

c) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.

d) dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

Essa breve exposição demonstra a necessidade de programas de desenvolvimento voltado para a agricultura familiar, tanto em face de sua representatividade social, como pelo volume de produção, eficiência e geração de empregos (RODRIGUES, 2003).

### **1.2 Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável?**

Ao considerar que o meio ambiente não existe de forma segregada das ações humanas, e que essas, são vinculadas às ambições e necessidades, discute-se, em várias áreas do saber, a compreensão do que vem a ser desenvolvimento sustentável e como aplicá-lo de forma a minimizar os impactos, que o ser humano causa ao ambiente.

Nessa busca constata-se que a palavra 'desenvolvimento' e 'sustentabilidade' têm conotações diversos entre muitos pesquisadores, estudiosos e atores presentes em diferentes setores da sociedade.

Para Denardi *et al.* (2000), entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos de 1960, havia pouca distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Os países alcançavam elevadas taxas de crescimento, mas não melhoravam as condições de vida das populações, algumas sofriam até decréscimos, desse modo ocorria crescimento, mas não desenvolvimento. Conforme os autores, era "grande a insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico" (DENARDI *et al.*, 2000).

Para o mesmo autor, a idéia de desenvolvimento foi gradualmente incorporando uma série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade. Afirmam que desenvolvimento não é somente a

satisfação das necessidades das pessoas, mas está ligado às suas capacidades. Nesse sentido, “está nas pessoas, não nos objetos”

Já sustentabilidade, de acordo com Sachs (1990), “[...] constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão.”

Neste trabalho, o que se pode entender é que Sustentabilidade é um conceito sistêmico, que é debatido, aprimorado, questionado por diversos autores, e remete a crer que se trata de algo a ser sustentado, ou seja, a qualidade de manutenção de algo. O que seria este algo? O que se acredita é que seja uma comunhão do ser biológico com sua individualidade em interação com outros seres sociais, o meio ambiente e as necessidades inerentes ao ser humano. Esta relação é mediatizada pela ordem econômica, que favorece um processo de produção, disponibilizando a sobrevivência humana, ao mesmo tempo em que deveria dar atenção à manutenção da biodiversidade geral.

Com base no conhecimento da dicotomia, entre desenvolvimento e sustentabilidade, é que é formulada proposta de entendimento de desenvolvimento sustentável.

Várias correntes de pensamento conceituaram e compreenderam esse novo paradigma que é o desenvolvimento sustentável.

Assim, é nesse momento que se denota a clara preocupação com a degradação ambiental, tópico altamente relevante quando se reporta ao desenvolvimento sustentável; a condição social dos desprivilegiados; a falta de saneamento; ao consumo indiscriminado. Desse modo, determinam-se as potencialidades e fragilidades dos sistemas que compõem o meio e estimulam novos movimentos sociais.

A partir desse conhecimento, dessa preocupação a respeito do meio ambiente principia-se os grandes encontros, as grandes discussões.

Para Pires (1998), a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, com a finalidade de discutir a poluição da água, do ar, do perigo do crescimento populacional indiscriminado e dos usos dos recursos naturais, sinaliza a extensão internacional sobre a preocupação com o futuro do desenvolvimento, reconhecido oficialmente como limitado pelas fragilidades ecológicas. Segundo Pires:

[...] a amplitude dos desastres ecológicos começou a ser mais percebida pelo meio acadêmico e pela opinião pública durante as décadas de 1960 e 1970, e que o ano de 1972 foi um marco, pois, além da realização a

conferência de Estocolmo, o “Relatório Meadows” foi publicado, a pedido dos empresários do Clube de Roma( PIRES,1998, p.71).

Essa conferência levou a algumas medidas, entre elas, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sobre o qual Santos (2004, p.19) salienta o objetivo:

[...] gerenciar as atividades de proteção ambiental, e o Fundo voluntário para o Meio Ambiente, bastante voltado para os países em desenvolvimento. Apesar das divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, registradas nessa reunião de 1972, muitos governos estimularam, a partir daí, políticas ambientais em seus respectivos centros.

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) pela Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU). Dessa comissão resultou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, oficializando o termo desenvolvimento sustentável, sugerido nos anos 1950 (CMMAD, 1988).

No Relatório de Brundtland, o termo desenvolvimento sustentável tem a seguinte definição: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades dos presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD,1988, p. 42).

Com base nessa definição, entende-se que é possível usufruir das atividades humanas de tal forma que a sociedade, seus membros e suas economias possam preencher suas necessidades e expressar seu maior potencial no presente e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais.

Para muitos olhares, esse conceito torna-se difuso em contexto particular, para outros essa definição é ampla e ambígua. Para Malayang (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável continua sendo mais teórico do que prático, quando aponta que as nações, governos e indústrias não estão caminhando conforme o discurso propagado pelo relatório Brundtland.

A esse respeito e, também questionando a praticidade do conceito de desenvolvimento sustentável, Pires (1998) destaca:

O conceito de desenvolvimento sustentável – ou de sustentabilidade – condensa as insatisfações com o paradigma tradicional e a conseqüente necessidade de mudanças. [...] não conta com o estatuto teórico e prático

totalmente definido, permitindo ser confundido e manipulado pelo modelo tradicional (PIRES, 1998, p. 79).

Após esse encontro e suas discussões, definições e críticas, os olhares se voltam, em 1992, para uma nova mobilização em torno de duas reuniões de âmbito Internacional, promovidas pela ONU: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 175 países e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (África do Sul).

Como resultados desses encontros foram criadas: a Agenda 21 e a Declaração de Política de 2002, que colocaram o desenvolvimento sustentável como sendo construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental” (AGENDA 21, 2002).

Os questionamentos se voltam para a qualidade de vida, conservação ambiental e, principalmente, para a necessidade urgente de acionar a política e a técnica do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21, principal documento do Rio-92, evidencia a preocupação com o amanhã e com um desenvolvimento de nações e comunidades sem a interferência no meio ambiente e com uma maior equidade social. Dias (2004, p.29) assim expressa seu pensamento acerca do evento:

[...] dessa importante conferência resultou a Agenda 21, documento internacional de compromissos ambientais contendo recomendações para um novo modelo de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável) e enfatizando a importância da educação ambiental, mobilizando internacionalmente a sociedade em torno da temática ambiental [...].

Delineia-se do exposto que a sustentabilidade é puramente uma utopia inatingível se não for colocada em via de mão única, onde estarão presentes sustentabilidade e desenvolvimento. Hodiernamente, o Desenvolvimento Sustentável é uma obrigação e não uma escolha, em face das conseqüências da ação desavisada do homem no meio ambiente, cujos danos são considerados por inúmeros pesquisadores como irreversíveis para o processo de manutenção do Planeta Terra.

### **1.3 Agricultura Familiar e Sustentabilidade**

Agricultura Familiar e Sustentabilidade são termos com que se depara a todo momento, seja em revistas, jornais, congressos, debates ou anúncios de TV. Essa recorrência advém certamente da dificuldade de visualizar um futuro mais promissor para as novas gerações e para a preservação do Planeta, caso não haja mudanças na forma de os homens pensarem e agirem em relação ao meio ambiente.

Conforme Mendes (2007), o mundo é uma balança em desequilíbrio, se, de um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura, de outro, a miséria, a degradação ambiental e as ações poluidoras fazem o contraponto, aumentando de forma rápida e progressiva os malefícios para o Planeta. Nesse sentido, alguns pesquisadores, gestores públicos e setores da sociedade civil, organizados em movimentos sociais, passaram a refletir sobre mecanismos que auxiliem o desenvolvimento econômico sem destruir as possibilidades de sobrevivência social e ecológica, ou seja, sobre modos de ação que venham conformar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico.

Vários são os autores que visualizam na Agricultura Familiar as condições de conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, dentre eles, pode-se citar Carmo *et al.* (1995), que fazem parte do grupo daqueles que consideram a Agricultura Familiar com grande potencialidade para tal desenvolvimento:

A agricultura familiar pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura, pois a mesma apresenta condições potenciais para operar em menores escalas, com diversificação e integração das atividades agrícolas e pecuárias, além da associação entre trabalho e gerenciamento da propriedade (CARMO *et al.*, 1995 p.25-33).

Por que a agricultura familiar pode representear esse *locus* ideal ao desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura? Na concepção de alguns autores, dentre estes Prezotto (2002), é, por exemplo, na perspectiva de um modelo de agro-industrialização, de pequeno porte e modelo descentralizado, de característica familiar, que se pode impulsionar uma distribuição mais eqüitativa de renda, proporcionando a esse agricultor, uma inclusão social e uma melhoria da

qualidade de vida por meio da renda obtida do seu trabalho e da sua produção. Estes procedimentos produtivos poderiam levar setores da agricultura familiar a utilizar de maneira sustentável sua área agrícola ou pecuária, facilitando o uso racional e o manejo do solo, buscando preservar áreas que em um sistema extensivo poderia conflitar com o ambiente natural.

Cordeiro, Petersen, Almeida (1996), também participam do grupo de Carmo e apontam uma série de razões pelas quais a agricultura familiar possibilita melhores condições de sustentabilidade, desde que sejam observadas algumas condições.

A primeira condição citada pelos autores é que, sendo uma ocupação econômica que combina a exploração familiar e a organização de profissionais, incorpore uma estratégia de equilíbrio entre parâmetros econômicos, sociais e ambientais. Seguem outras condições:

- a) o funcionamento econômico da agricultura familiar não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital e na geração de lucro no curto prazo, mas está orientado para o atendimento das necessidades das famílias e para a manutenção do potencial produtivo da terra, percebido como um patrimônio;
- b) a propriedade familiar é uma unidade de produção e consumo, por este motivo ela valoriza a diversidade, os poli cultivos, criações, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo;
- c) a unidade de produção familiar pela sua extensão, pela organização do trabalho, favorece os cuidados técnicos nas operações de manejo, à medida em que é ela que toma as decisões e também as coloca em prática;
- d) a agricultura familiar mantém uma relação de simbiose com a terra que ela conhece e controla. Ela valoriza as potencialidades do meio implementando nele suas estratégias de reprodução econômica.

De acordo com Wolff (2007), se a agricultura praticada hoje fosse embasada nos preceitos acima citados, seria possível uma realidade mais favorável tanto para os agricultores quanto para a sociedade como um todo. O que realmente se pratica, entretanto é a chamada agricultura moderna, caracterizada pelo excessivo



uso de insumos externos, ou seja, insumos de fora da propriedade ou de sua região, geralmente de alto custo, causando a dependência financeira, tecnológica e biológica do produtor; monocultura, manejo inadequado do solo, utilização de máquinas pesadas e uso de adubação química, o que remete, conforme a Agenda 21 brasileira, a uma total insustentabilidade.

Altieri, citado por Ehlers (1996), afirma que a insustentabilidade de um ecossistema deve ser considerado quando há:

a) redução da capacidade produtiva provocada por erosão do solo ou contaminação por agrotóxicos;

b) a redução da capacidade homeostática, tanto dos mecanismos de controle de pragas como nos processos de reciclagem de nutrientes;

c) diminuição da capacidade evolutiva do sistema, em função da erosão genética ou da homogeneização genética provocada pelas monoculturas;

d) redução da disponibilidade e qualidade de recursos que atendam às necessidades básicas (acesso a terra, água, etc.);

e) redução da capacidade de utilizar de forma adequada os recursos disponíveis, conduzindo, principalmente ao emprego de tecnologias de maneira imprópria.

Com efeito, conforme Tratado das ONGS/ECO 92, a agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Segundo esse documento, a agricultura sustentável respeita a diversidade e independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna sem marginalizar o saber tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

No Brasil, antes mesmo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a legislação brasileira contemplava a idéia de desenvolvimento sustentável. A primeira referência a esse desenvolvimento encontra-se na Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 1º e 4º), estabelecendo como principal objetivo daquela política pública “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”.

Quanto à agricultura sustentável, um dos mais importantes atos legais brasileiros, é a Lei de n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre a política agrícola. Praticamente todos os seus capítulos referem-se a questões ligadas à proteção do ambiente na atividade agrícola. Ressalta-se que, embora não haja uma clara menção à expressão “Agricultura Sustentável”, o artigo 3<sup>a</sup> inciso IV estabelece como um dos objetivos da política agrícola o de “proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais”.

No Brasil, portanto, a idéia de desenvolvimento sustentável (assim como de agricultura sustentável) pressupõe, sob o ponto de vista jurídico, a atividade humana regulamentada pelas normas jurídicas, aplicada pelos agentes governamentais.

Apreende-se, pois, acerca da sustentabilidade da agricultura que esta é defendida pela Constituição que rege o País, assim como é almejada por diferentes setores produtivos e por diferentes segmentos sociais, porém no campo, no universo dos agricultores familiares, do município de São Luís de Montes Belos não se constata esse olhar e, sim, um olhar utópico ou mesmo de desconhecimento da importância da agricultura sustentável como possibilidade de explorar a terra sem esgotá-la.

É preciso envolvimento de várias dimensões para compor a sustentabilidade, dimensões entrelaçadas, como se vê na colocação de Ruscheinsky (2007):

Os efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente podem afetar diretamente o respeito aos direitos humanos, o direito ao ambiente sadio e sem poluição, a solidariedade, os sujeitos de direitos, o direito à democracia, o uso pacífico do patrimônio comum da humanidade, direito ao desenvolvimento econômico e à segurança. O direito ecológico, os direitos do consumidor, os direitos dos indígenas, dentre tantos outros, em sua formulação coletiva ou difusa, são exemplos típicos dos direitos humanos ambientais.

Conforme registra o autor quando se defende os direitos ambientais, dá-se a essa atuação de prevenir, proteger e remediar o ato agressor uma outra face no âmbito cultural, ideológico e cultura.

Carmo (1995)<sup>3</sup> fala de um novo modelo de desenvolvimento, no qual os princípios de economicamente eficiente, socialmente justo, culturalmente aceito e ambientalmente sustentável tenham força democrática para sobrepor à dinâmica acumulação/concentração de capitais – lucro, e fecha afirmando “Está-se falando, portanto, em um novo projeto nacional que tenha na sua direção, uma elite com compromissos sociais e uma sociedade organizada em seus vários segmentos”.

---

<sup>3</sup> *Informações Econômicas*, SP, v.25, n.11, nov. 1995.

## **CAPÍTULO II**

### **2 AGRICULTURA FAMILIAR EM SAO LUIS DE MONTES BELOS**

Em Rodrigues (2003), vamos encontrar o seguinte esclarecimento: São Luís de Montes Belos apresenta peculiaridades no seu processo histórico. Isso pode ser comprovado no cartório de registro de imóveis da cidade, onde se pode constatar que a definição da estrutura fundiária do município se processou em termos estritamente comerciais. As áreas de pequena propriedade, administradas pelo setor de agricultura familiar, desde a emancipação de São Luís, não registraram conflitos pela posse de terra. Não houve no local grilagem de terras, como processo de concentração fundiária. Segundo este autor, o que prepondera é a compra e venda como forma usual de transmissão de propriedade. A região apresenta, pois, um caráter de legalidade e normalidade bastante incomum quando comparado a outras áreas do Estado de Goiás.

Predominam no município as pequenas propriedades, trabalhadas nos moldes da chamada produção do tipo familiar, em que o trabalho assalariado tem uma baixa frequência. O núcleo básico da mão-de-obra é a própria família, que se desdobra para realizar o trabalho necessário para o funcionamento da propriedade e, assim, possibilitar a reprodução social do setor.

Apesar de a família ser a principal responsável pelo trabalho, observa-se que em momentos específicos (colheita, plantio e manutenção da propriedade), é necessário recorrer a fontes suplementares de mão-de-obra, seja pela contratação de trabalhadores temporários, seja na prática de mutirões ou “troca de dias de serviço”. A prática da “troca de dias de serviço” é outra estratégia utilizada na região pesquisada por Rodrigues (2003), em especial quando a contratação de mão-de-obra assalariada se torna inviável, quer pela sua falta, quer pelas dificuldades financeiras dos agricultores em contratá-la.

Salienta-se que foi por meio da pesquisa de campo, que se pôde, neste estudo, ampliar o conhecimento deste universo, apresentando as principais características das áreas consideradas de agricultura familiar, conforme definição anterior. Constitui uma realidade o fato de os agricultores familiares dessa região terem como característica comum a utilização da mão-de-obra familiar? O sistema de produção, baseado na pecuária leiteira, possibilita ao agricultor familiar exercer

a pluriatividade<sup>4</sup>, favorecendo sua permanência nas terras, reproduzindo-se como ator social produtivo? Esses são questionamentos que exigem investigação.

### **2.1 Região Oeste Goiano**

Conforme dados da Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN, 2006), a região Oeste Goiano fica em um eixo de desenvolvimento ao longo da Estrada GO – 060. É composta por 43 municípios (figura 1), com uma população total de 330.671 pessoas, representando 6,23% da população do estado de Goiás. Seus municípios mais populosos, pela ordem, são: Iporá (32.491), São Luís de Montes Belos (27.376) e Jussara (19.381).

---

<sup>4</sup> Pluriatividade pode significar o exercício de mais de uma atividade agropecuária em um mesmo espaço. Ou seja, o agricultor além de exercer a atividade leiteira pode, também, trabalhar com plantação de frutas, criação de aves, ou mesmo exercer atividades de serviços (carpintaria, pedreiro, etc...). Tema estudado por pesquisadores do Projeto RURBANO, ligados ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP). Autores utilizados na leitura para a realização deste trabalho: SCHNEIDER (2001) e MATTEI (1999).



**Figura 1:** região Oeste Goiano

Fonte: Seplan (2006)

Elaboração: Benedito Cardoso

Ainda conforme a Secretaria do Planejamento - SEPLAN (2007), o espaço geográfico da região Oeste foi delimitado em 2003, num trabalho de redivisão do Estado, para melhor observação de seu desenvolvimento e combate aos desequilíbrios regionais, desequilíbrios que podem ser apreciados nas considerações a respeito de dados que interferem na economia da região.

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS (tabela 1), da região Oeste Goiano, nos anos 2000 a 2006,

representava, em média, apenas 1,10% do total arrecadado em Goiás. (SEPLAN, 2007).

**Tabela 1** - Arrecadação do ICMS – 2000 – 2006 (Região Oeste Goiano-Eixo GO-060).

Municípios	ICMS - (R\$ mil)							Variação % 2000/2006
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>37.015</b>	<b>34.180</b>	<b>37.029</b>	<b>40.783</b>	<b>44.551</b>	<b>52.651</b>	<b>42.443</b>	<b>14,66</b>
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>2.198.012</b>	<b>2.615.326</b>	<b>3.020.447</b>	<b>3.698.720</b>	<b>3.978.116</b>	<b>4.216.197</b>	<b>4.764.279</b>	<b>116,75</b>
<b>REGIÃO/ESTADO (%)</b>	<b>1,68</b>	<b>1,31</b>	<b>1,23</b>	<b>1,10</b>	<b>1,12</b>	<b>1,25</b>	<b>0,89</b>	<b>-</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007.

Esses dados podem indicar que a economia regional ainda é incipiente em relação às outras regiões do Estado e, ainda, que, se a economia for maior que os dados apresentados na tabela existe um grande percentual de empreendimentos informais nesta região<sup>5</sup>.

Após sua delimitação a Região Oeste Goiano foi constituída por 43 dos 246 municípios goianos. A partir dessa subdivisão se constatou que a região apresentava números preocupantes, quanto ao decréscimo de participação no Produto Interno Bruto - PIB, visto que em 1970 a região respondia por aproximadamente 10,00% do PIB goiano, mas veio perdendo participação gradativamente até atingir 5,90% em 2004, e 4,87% em 2006. (figura 2).

<sup>5</sup> Esta dissertação não tem como foco a análise econômica regional, mas os dados indicam que a economia da agricultura familiar também é incipiente frente ao conjunto da arrecadação regional.

**PIB Municípios goianos 2006**

Região de Planejamento  
Participação na economia goiana - 2006

<b>Região de planejamento</b>	<b>PIB (R\$ mil)</b>	<b>Partic. %</b>
Metropolitana de Goiânia	22.471.582	39,36
Sudoeste Goiano	7.381.032	12,93
Centro Goiano	5.741.403	10,06
Entorno do Distrito Federal	4.949.670	8,67
Sul Goiano	4.839.394	8,48
Sudeste Goiano	4.140.231	7,25
Norte Goiano	2.964.277	5,19
Oeste goiano	2.779.409	4,87
Noroeste Goiano	918.645	1,61
Nordeste Goiano	905.241	1,59
Estado de Goiás	57.090.884	100,00

**Figura 2:** PIB Municípios goianos 2006.

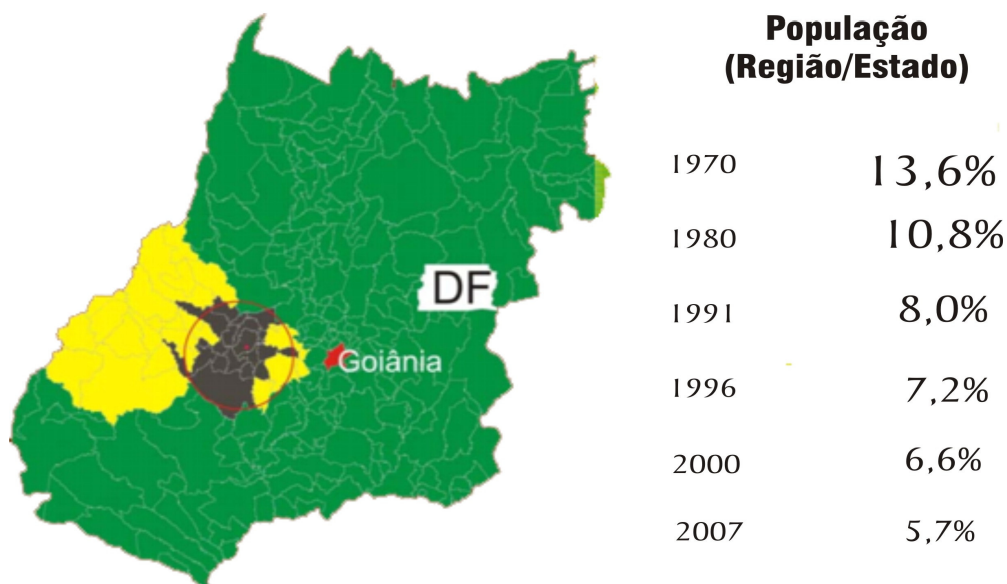
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

Em síntese, o que se percebe é que a produção da riqueza regional pode ter crescido, mas não acompanhou o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial de outras regiões. Este dado indica uma situação paralela, ou seja, não havendo grandes índices de crescimento econômico, a população regional tende a buscar alternativas em outros locais.

Os dados da SEPLAN fortalecem a colocação explicitada de que pode haver uma mudança de localidade, quando informa que a População Economicamente Ativa (PEA) àquela época (1970), representava 14,00% dos habitantes do estado de Goiás, passando em 2000 a representar 6,60%, chegando em 2007 a 5,70%. (figura 3)



## Dados da Região Oeste Goiano



**Figura 3** – Distribuição da população economicamente ativa (1970-2007)

Fonte: Seplan, 2006

Elaboração: Benedito Cardoso Laureano (2007)

A necessidade de suplantar esse decréscimo, tanto dos indicadores econômicos quanto do êxodo da população, levou a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás a criar em sua estrutura, em 2004, uma gerência de desenvolvimento regional para o Oeste Goiano, com o objetivo de identificar as restrições e alavancar oportunidades socioeconômicas, bem como despertar a população para a transformação de sua realidade com o uso dos próprios recursos.

Logo após esse estudo, identificou-se que as atividades que tinham maior importância no setor agropecuário, com presença nos 43 municípios, e que distribuídas em um número maior de empresas, foram, pela ordem: bovinocultura de leite; bovinocultura de corte e mandiocultura. Por fim, buscou-se identificar onde cada uma dessas culturas mais se concentrava. A atividade leiteira apresentou maior concentração na microrregião de São Luís de Montes Belos.

Conforme dados da SEPLAN (2006), a região possui alguns dos Arranjos Produtivos Locais (APL'S) mais pujantes do Estado, destacando-se o Arranjo Produtivo Local – lácteo, o APL do Leite, no município de São Luís de Montes Belos. O APL da microrregião em que se situa São Luís de Montes Belos conta com a participação de produtores de 17 municípios. O Arranjo Produtivo de Carne

tem sede no município de Jussara e o Arranjo Produtivo da Mandioca, localiza-se no município de Iporá.

O rebanho bovino da região, conforme pesquisa IBGE (2006), perfazia um total de 4,3 milhões de cabeças, representando 1/5 do Rebanho do Estado, conforme se pode visualizar no quadro 1.

**Quadro 1** - Produção rebanho bovino e produção de leite - 2004 - 2005.

	Municípios (43)
	Bovino (unidade)
	Produção de leite (mil litros) 2004
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	
	4.377.309
	428.649
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	
	20.419.803
	2.538.368
<b>REGIÃO/ESTADO (%)</b>	
	21,44
	16,89

Fonte: IBGE (2006)

Embora concentre 21,44% do rebanho bovino do estado, 16,89% da produção de leite (quadro 1), o Oeste Goiano possui poucas indústrias e um segmento de prestação de serviços que não está à altura da demanda das comunidades locais.

Em outras palavras:

[...] as riquezas do oeste goiano estão principalmente na agropecuária e na mineração. A região detinha 20,7% do rebanho bovino do Estado, 16,9% da produção de leite, 9,1% da produção de grãos em 2004 e é uma das regiões do Estado mais rica em recursos minerais, principalmente em granito. Entretanto, ainda tem poucas indústrias. Ou seja, “apesar de ser rica na produção de gado, leite e grãos, e possuir várias cachoeiras e matas, além do Vale do Rio Araguaia, a região Oeste não desenvolveu a agroindústria e o turismo” (AGENDA 21, 2006 p. 49).

Quanto às exportações, a região em estudo teve um acréscimo expressivo entre os anos 2004 e 2007, perfazendo um aumento de, aproximadamente, 700

vezes, conforme pode ser visto no quadro 2. O volume remetido ao mercado externo, ainda assim, é considerado pequeno pela concentração das exportações em apenas dez municípios (quadro 2).

BALANÇA COMERCIAL (US\$ FOB) - Exportação  
**Quadro 2** - Valor das exportações - 2004 - 2007.

MUNICÍPIOS	2004	2005	2006	2007
Americano do Brasil	-	-	-	7.442.577
Anicuns	-	-	4.201.329	4.081.676
Fazenda Nova	747.125	16.531.574	17.234.152	5.753.039
Nazário	279.618	490.942	1.126.833	4.924.684
Palmeiras de Goiás	-	10.941.959	178.192.546	167.991.125
Paraúna	-	104.008	-	-
Sanclerlândia	5.800	36.809	27.939	63.718
Santa Bárbara de Goiás	2.909.895	199.920	-	-
Santa Fé de Goiás	-	104.246	687.423	4.269.585
São Luis de Montes Belos	-	6.596	-	-
<b>TOTAL: 10 Municípios</b>	<b>3.942.438</b>	<b>28.416.054</b>	<b>201.470.222</b>	<b>194.526.404</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
 Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica.  
 Nota: dados revistos em dezembro/2007.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os principais produtos exportados são: calcário, carne in natura, couro wet blue, níquel, ouro em barra, granito, mármore, vermiculita e argilas, titânio e milho para semeadura.

Um dado que se analisado individualmente traz boas perspectivas à população do Oeste Goiano é seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M), de 0, 735, classificação considerada média, colocando a região em posição intermediária (na quinta colocação), como mostra a tabela 2.

**Tabela 2** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M) - 2004.

- ESTADO DE GOIÁS: INDICADORES SOCIAIS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO					
REGIÕES	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		TAXA DE ANALFABETISMO*		
	IDH	RANKING	TAXA %	RANKING	
Metropolitana de Goiânia		0,745	4°	6,63	9°
Centro Goiano		0,728	6°	11,07	7°
Norte Goiano		0,718	9°	11,07	7°
Nordeste Goiano		0,664	10°	22,35	1°
Entorno do Distrito Federal		0,723	8°	11,92	6°
Sul Goiano		0,764	2°	12,14	5°
Sudeste Goiano		0,774	1°	10,04	8°
Sudoeste Goiano		0,758	3°	12,74	4°
Oeste Goiano		0,735	5°	14,67	3°
Noroeste Goiano		0,727	7°	16,46	2°
Estado de Goiás		0,776	-	10,80	-

Fontes: Séc. Educação do Estado, PNUD/IPEA/FJP/IBGE e SEPLAN. (2004)

Elaboração: CCN – Central de Consultoria e Negócios S/C.

Quando, porém, o Índice de Desenvolvimento Humano é confrontado com outros indicadores sociais, como analfabetismo (tabela 2) e redes de esgoto (tabela 3), há certa discrepância entre índice de vida mediano e a constatação do alto índice de analfabetismo da região, que só é superado pelas regiões noroeste e nordeste goiano, e baixa oferta à população da coleta de esgoto (tabela 3), indicando que esse resíduo é desaguado em lugares que podem ser impróprios para receber essa descarga.

**Tabela 3** - População atendida de água, esgoto (2006) e destino do lixo – (2000).

Municípios	População atendida (%) - 2006		Destino do lixo (%) - 2000	
	Água	Esgoto	Coletado	Outro destino (1)
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>91,70</b>	<b>16,97</b>	<b>68,62</b>	<b>31,38</b>
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>80,75</b>	<b>32,88</b>	<b>81,14</b>	<b>18,86</b>
<b>REGIÃO/ESTADO (%)</b>	-	-	-	-

Fonte: Saneamento de Goiás S.A / IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007.

(1) Queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio e outros.

Um dado inquietante e, que requer respostas, é o porquê de o Oeste Goiano se manter com baixo índice de desenvolvimento, quando se sabe da sua potencialidade em áreas como agropecuária, mineração e para o turismo.

Salienta-se que são grandes as riquezas do Oeste Goiano, os seus atrativos naturais são subutilizados pelos poderes públicos e nem mesmo contando com um processo acurado de preservação em conformidade com a sustentabilidade. Essa informação pode ser ratificada a seguir:

Apesar de ser rica na produção de gado, leite e grãos, e possuir várias cachoeiras e matas, além do Vale do Rio Araguaia, a região Oeste não desenvolveu a agroindústria e o turismo. A região é rica também de atrativos turísticos, tais como: cachoeiras, em Caiapônia e Piranhas; o Morro do Macaco, em Iporá; formações rochosas esculpidas pela natureza, em Paraúna; e o Rio Araguaia. (AGENDA 21, Goiás, 2006 p. 49)

Com efeito, essas potencialidades, referendadas por autoridades e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, são pouco conhecidas e quase inexploradas pelas autoridades regionais e como consequência pela comunidade, caracterizando que a região se mantém paralisada diante da realidade econômica, pois se deixa de investir em atrativos turísticos, por exemplo, o que poderia gerar emprego e renda para setores da população que se vêem obrigados a migrarem em busca de fontes de sobrevivência, melhorando a qualidade social na própria região.

Com as potencialidades econômicas pouco exploradas, as quais, se presume, viabilizariam o uso de mão-de-obra e na falta de um empreendedorismo pujante, o Oeste Goiano sofre migração, conforme dados da AGENDA 21-Goiás (2006) “parte da população do oeste goiano tem migrado nos últimos anos para outras regiões em busca de emprego e melhores perspectivas de vida.”

No que se refere ao acesso, ou seja, rodovias, segundo dados da Agenda 21-Goiás, os municípios mais próximos da capital do Estado estão relativamente bem servidos de rodovias, mas os localizados nas proximidades do Estado do Mato Grosso convivem com rodovias em precárias condições de tráfego. Em

relação ao transporte aéreo a situação é de carência, visto que existem 11 pistas de pouso, mas todas elas são pistas de dimensões insuficientes para receber aeronaves de porte médio e nenhuma delas é homologada pela Infraero.

Quanto à infra-estrutura energética e de telecomunicações, a situação é caracterizada como sendo deficiente, há necessidade de aumento de voltagem principalmente no Vale do Araguaia, pois a existente impossibilita a viabilização de projetos de irrigação e implantação de novas indústrias. No tocante às telecomunicações, há carências na telefonia celular, oferta limitada de internet e, em várias localidades, o sinal de TV é deficiente.

Em seus aspectos ambientais a situação regional, indica que se deve ter atenção ao processo de desmatamento e constante formação de pastagens artificiais. Pode ser constatado com muita propriedade, na figura 4, a imagem de satélite que identifica a cidade de São Luís de Montes Belos (2007), e as áreas rurais a sua volta. É possível perceber que o desmatamento nestas áreas são significativos. Uma grande parte das áreas de cor clara foi desmatada para formação de pastagens. As áreas escuras denotam que ainda existem matas nativas.



**Figura 4:** Situação do meio ambiente do Oeste-goiano

**Fonte:** <http://earth.google.com/download-earth.html>, 2007 Europa Technologies. Image, 2007 terra. Tecnicos.

A realidade do processo de degradação, identificada na imagem da Figura 4, é confirmado na Agenda 21 / Goiás, no seguinte trecho:

Não há mais áreas de mata ciliar a preservar, as áreas de reserva legal das propriedades rurais, na maioria delas, só existem nos cartórios e grandes partes das pastagens encontram-se degradadas. O desmatamento intenso nas margens dos rios e córregos tem devastado a cobertura vegetal, causado o assoreamento dos mesmos e causado a falta de água tratada no período da seca em algumas localidades. Municípios da região não dispõem de aterro sanitário (depositando o lixo a céu aberto, em lixões), nem de redes de esgoto, o que faz com que este seja jogado nos mananciais, poluindo-os. (AGENDA 21, Goiás, 2006 p.49).

Do mesmo modo, fatores como mão-de-obra desqualificada, apoio técnico, orientação na produção e outros precisam ser trabalhados priorizando-se a atuação do pequeno produtor, alerta Rodrigues:

[...] é preciso também, investir em cursos técnicos voltados as reais necessidades da região; capacitar mão-de-obra; ampliar a atuação da Agencia rural, para que ela possa repassar tecnologia aos produtores



rurais e contribuir na diversificação da produção; implantar o programa do biodiesel, priorizando o pequeno produtor; e apoiar o desenvolvimento do turismo rural e ecológico, segmentos de grande potencialidade na região (RODRIGUES, 2003, p. 62).

Nessa realidade do Oeste Goiano e fazendo parte do contexto apresentado encontra-se o município de São Luís de Montes Belos, foco deste estudo. O item, a seguir, versará sobre a microrregião em que o referido município se insere.

## 2.2 Microrregião de São Luís de Montes Belos

Para composição da Microrregião que leva o nome do município de São Luís de Montes Belos, agregaram-se a esse, muitos municípios, devido ao fato do município ser cortado por duas importantes rodovias, sendo ponto estratégico para distribuição de produtos para os mercados vizinhos e rota de transporte rodoviário para os principais estados do país.



**Figura 5:** Rodovias de SLMB

Elaboração: Prefeitura Municipal SLMB – Departamento de Controladoria

Legenda A: Goiânia, GO; C: Sanclerlândia, GO; D: São Luís de Montes Belos, GO; E: Iporá, GO.

A atividade econômica no início da ocupação do município era a agricultura mais voltada para a subsistência do que para o mercado, com cultivo de cana-de-açúcar, café, arroz, feijão e milho. A pecuária era pouco representativa, mas, no



final dos anos 1960 e início da década seguinte, esta foi ganhando espaço até predominar sobre as áreas de lavoura. Era uma pecuária de corte, com produção de leite apenas para a cria dos animais e abastecimento das residências de seus produtores. A chegada de indústrias, de laticínios, porém, estimulou a produção leiteira, criando uma nova fonte de renda para os produtores rurais que, até então, viviam da agricultura e da venda de animais para corte (gado, porco e galinha).

A partir da década de 1990, a pecuária de leite vem predominando na microrregião, especialmente em função de uma característica: gerar renda mensal para o agricultor, diferente da pecuária de corte e atividades agrícolas ali desenvolvidas. A expansão dessa atividade foi impulsionada, também pela competitividade da agricultura local perante a agricultura comercial das regiões sudoeste, sul e sudeste de Goiás, muito mais competitivas, graças ao perfil de seu relevo e da mecanização que este possibilitava.

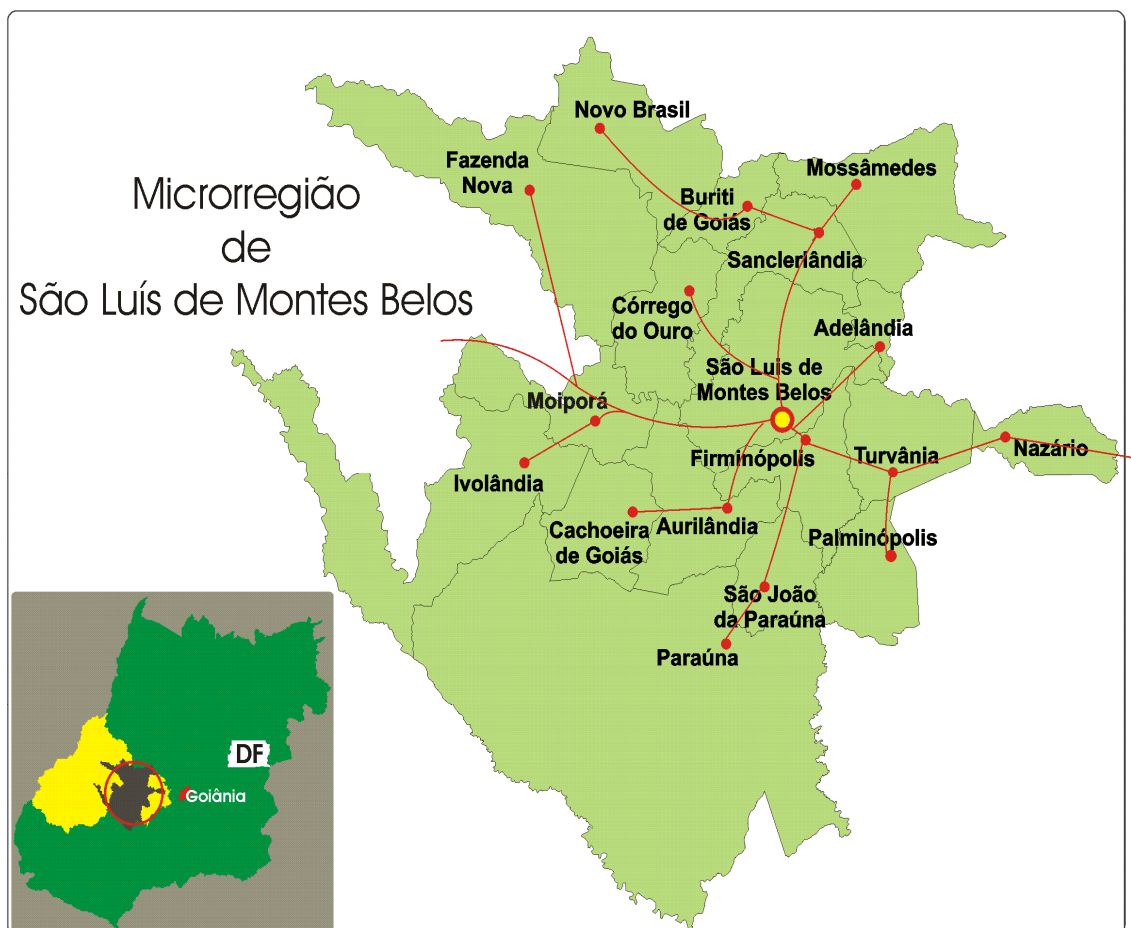
Por fim, prevaleceu sobre a pecuária de corte, porque as propriedades foram ficando pequenas à medida que iam morrendo os primeiros e segundos proprietários, as terras repartidas e passadas aos herdeiros. Inviáveis para a pecuária de corte em função do tamanho, as propriedades de gado de corte converteram-se em produtoras de leite, surgindo, assim, uma aglomeração com grande número de produtores de leite e algumas empresas a montante e a jusante na cadeia produtiva.

A concentração da atividade leiteira nessa microrregião decorre da estrutura fundiária, da predominância de pequenas propriedades e da geografia que apresenta um relevo pouco apropriado à agricultura comercial. A expressiva produção de leite, com milhares de fornecedores, acabou concentrando nessa microrregião o maior número de laticínios formais do Oeste Goiano, conforme dados do SEPLAN (2007).

A decisão de estruturar e fortalecer a aglomeração denominada Arranjo Produtivo Local – Lácteo, ocorreu em agosto de 2004, por decisão dos atores locais, entre os quais um técnico da AGENCIA RURAL (autarquia estadual encarregada da assistência técnica e extensão rural), um professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e também produtor rural, coordenador do curso de zootecnia, e um professor da Faculdade Montes Belos (FMB) e funcionário aposentado do Banco do Brasil, coordenador do curso de administração rural.

A composição do APL, cuja sede localiza-se São Luís de Montes Belos inicialmente contou com 15 municípios, que possuem suas sedes em um raio de 60 km de São Luís de Montes Belos e seu entorno.

Passados alguns meses dessa composição, dois novos municípios vieram integrar o grupo: Fazenda Nova e Novo Brasil. Dois anos depois, foi o município de Paraúna que veio fazer parte do grupo. Essa ampliação do território de 15 para 18 (figura 5) deu-se pelo interesse demonstrado pelos munícipes, também produtores de leite, em engajarem no processo de desenvolvimento regional.



**Figura 6:** Microrregião de São Luís de Montes Belos

Fonte: Seplan (2007)

Elaboração: Benedito Cardoso Laureano(2007)

O trabalho se desenvolveu durante quatro meses, com várias reuniões, mudando sempre o local de encontro para incluir todos os segmentos envolvidos. Desse modo, iniciava-se a construção de um projeto de desenvolvimento “de baixo” para “cima”, ou seja, a partir do nível local, por meio da mobilização dos

principais atores sociais e econômicos operantes nessa microrregião (CASAROTTO FILHO e PIRES, 1998).

Como indutores desse processo, a participação de representantes do Governo do Estado, só ocorreu na fase de redação final do termo de referência, sem que interferissem em seu conteúdo. Este documento foi validado em reunião promovida especialmente para esse fim, em 12 de agosto de 2004.

### ***2.2.1 Importância do APL Leite na Microrregião de São Luís de Montes Belos***

De acordo com Paula (2007), a ordem e o desenvolvimento econômico de regiões e municípios com base em vocações próprias de cada localidade é a mais nova tendência na busca do crescimento, com foco permanente no aumento da geração de emprego e renda.

Nesse contexto, surge a figura dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que mobiliza, agrega e ordena as forças produtivas de determinada região, utilizando os próprios atores locais e regionais, os quais são responsáveis pela dinamização e consolidação dos arranjos, otimizando os resultados, com benefícios para todos os elos envolvidos.

Segundo o autor, o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Lácteo da microrregião de São Luís de Montes Belos foi aprovado pelo Grupo de trabalho permanente, para Arranjos Produtivos Locais, do Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, estando entre os arranjos produtivos considerados prioritários para a obtenção de recursos do Governo Federal.

Conforme documento da SEPLAN (2006), o objetivo geral do APL Lácteo é aumentar a competitividade da cadeia produtiva do leite da microrregião de São Luís de Montes Belos. Os objetivos específicos são:

- aumentar a produção de leite e a produtividade da microrregião
- aumentar a rentabilidade da atividade na propriedade rural
- contribuir para o desenvolvimento sustentável da região
- elevar a remuneração do trabalhador rural
- melhorar a economia dos municípios que compõem a microrregião
- melhorar a qualidade do produto e ampliar a agregação de valor
- melhorar as condições das famílias rurais que vivem da atividade

- tornar mais competitiva a cadeia produtiva regional em relação a outros pólos produtores.

De acordo com Benedito Cardoso Laureano, Gerente de Desenvolvimento do Oeste Goiano da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, em entrevista à Revista Economia e Desenvolvimento (2007), divulgada no período de 2004 a 2007, o APL – Lácteo - da microrregião de São Luís de Montes Belos alcançou os seguintes resultados:

#### Resultados consolidados pelo APL Lácteo

- Consolidação do centro tecnológico do leite, cujo marco principal é o laticínio-escola. O complexo conta ainda com diversos instrumentos voltados à prestação de serviços e transmissão de conhecimentos aos produtores.
- Consolidação da Fazenda-Escola, com instalação do setor de bovinocultura de leite, incluindo todos os equipamentos utilizados na atividade.
- Investimentos de R\$ 50 mil na aquisição dos equipamentos utilizados na Fazenda-Escola (recursos repassados por meio de convênio da Fundação Banco do Brasil e Delegacia Regional do Trabalho em Goiás/secretaria Nacional de Economia Solidária).
- Implantação do curso técnico em Bovinocultura de leite, no Colégio Estadual Américo Antunes, pela Secretaria de Educação.
- Implantação do curso de Tecnologia em Laticínios na unidade de São Luís de Montes Belos da UEG (nível superior).
- Implantação do curso de tecnologia em Alimentos na Faculdade Montes Belos (nível superior).
- Implantação de Pós-Graduação em Bovinocultura de leite na unidade de São Luís de Montes Belos da UEG (nível superior).
- Instalação do Laboratório de Carrapatograma, doação do governo estadual e da indústria de laticínios LEITBOM, em funcionamento na unidade de São Luís de Montes Belos da UEG.
- Consultoria e capacitação gerencial de produtores por meio dos grupos de Educação organizados pelo Sebrae-Goiás (programa Educampo)
- Ampliação do número de técnicos da Agência rural, de seis para vinte, para prestação de assistência aos produtores em todos os municípios que fazem parte do APL.
- Convênio firmado entre a UEG e a Agência rural que possibilita aos alunos do último ano do curso de Zootecnia da UEG fazerem estágio em atividades de assistência técnica aos produtores de leite (neste semestre são 28 alunos)
- Instalação da governança do APL lácteo, com órgão representativo, órgão diretivo e secretaria-executiva.
- Elaboração de planos municipais para fomento à pecuária de leite, com participação e apoio da agência rural.

### **2.3 São Luís de Montes Belos**

A cidade de São Luís de Montes Belos<sup>6</sup> originou-se de uma antiga fazenda do mesmo nome. Esta fazenda data de 1857, quando o Governo de Goiás determinou a construção de uma estrada partindo da capital da província até o sudoeste goiano e o Estado do Mato Grosso. Em julho de 1948, “os papéis de emancipação de São Luís de Montes Belos” foram entregues na Câmara Municipal de Goiás, sendo protocolado pela Lei Municipal n. 04 de outubro de 1948. Cinco anos mais tarde, após muita luta, o Município ganhou autonomia mediante a Lei n. 805, assinada no dia 12 de outubro de 1953.

Conforme dados obtidos junto a Prefeitura Municipal, o Município localiza-se no Estado de Goiás, na Mesorregião do Oeste Goiano, na microrregião de Anicuns, a 118 km de Goiânia, capital do Estado. A esta é ligada pela GO 060. A área do município é de 1081 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com Sanclerlândia, ao nordeste com Adelândia e Turvânia, ao sul e sudeste com Firminópolis e a oeste com Córrego do Ouro. Os pontos extremos do município são demarcados ao norte pelo ribeirão São Manuel; ao sul pelo rio São Domingos; a leste pela Serra dos Divisores e Espigão do Sapé; a oeste pelo rio Fatura e Cerrado. Quanto ao relevo, 50 % da área do município apresentam um relevo ondulado; 30% da área são planas e 20%, região montanhosa. No que se refere à hidrografia, o município é amplamente beneficiado por cursos de água, destacando-se os rios Fatura, Cerrado e São Domingos, e os ribeirões Santana, Santa Rosa, São Manoel e Diamantina, além de inúmeros córregos e cursos d’água de pequeno porte.

São Luís de Montes Belos é o pólo comercial das cidades circunvizinhas para os produtos industrializados de uso geral e específico, como gêneros farmacêuticos, alimentícios, vestuários, máquinas e equipamentos.

Do ponto de vista de Rodrigues (2003), o setor industrial apresenta resultados práticos tanto em termos de produção quanto de geração de empregos. Os exemplos mais significativos, segundo o autor, são: a Indústria de Couros (BRACOL) e o Laticínio Morrinhos LTDA (LEITBOM), na industrialização de leite.

---

<sup>6</sup> Os dados sobre São Luis de Montes Belos foram obtidos no histórico extraído da apostila do Município, adquirida junto a Prefeitura Municipal.

Na época desta pesquisa geravam, aproximadamente, quatrocentos empregos diretos, com grande expressividade, também, em relação aos empregos indiretos.

No município referendado, o sistema bancário é representado pelo Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú. A rede elétrica data de 1965, assim como o sistema de telefonia. Já a Empresa de Saneamento do Estado de Goiás – SANEAGO - instalou-se na cidade em 1974, e a Agência dos Correios e Telégrafos em dezembro de 1955.

O sistema de saúde é composto por dois hospitais e três centros de saúde, que servem ao município e às áreas circunvizinhas, comprovando também neste setor o predomínio do desenvolvimento da cidade.

No setor educacional, a cidade conta com três colégios particulares de porte médio, uma unidade da Universidade Estadual de Goiás, uma instituição particular, a Faculdade Montes Belos, e 28 escolas estaduais, municipais e conveniadas.

As relações de trabalho seguem a orientação imposta pelo Poder Público, cada vez mais presente, constituindo-se no principal empregador do município.

### *2.3.1 Agricultura familiar e os dados de campo*

Na presente investigação, as comunidades pesquisadas foram escolhidas por representar um perfil do conjunto do município e, segundo os técnicos da Agência Rural, os dados, ali obtidos, fornecem uma visão geral do agricultor familiar do município.

Foram utilizados questionários, aplicados em trinta e dois (32) proprietários de agricultura familiar, nas comunidades de Silvolândia (quatro famílias), dos Bueno (cinco), Santa Maria (três), Rosalândia (Distrito de SLMB) (duas), Córrego da Costa (três); Córrego Fundo (cinco), Córrego da Onça (cinco), São Sebastião (três) e, finalmente, Santa Luzia (três famílias). Todos possuem a propriedade jurídica das terras, portanto, a coleta de dados abrange exclusivamente o agricultor proprietário.

Os agricultores familiares da região investigada têm como característica comum utilização da mão-de-obra familiar. O sistema de produção, baseado na pecuária leiteira, possibilitou a alguns agricultores, tempo para exercer atividades externas (pluriatividade), favorecendo pequena ampliação em sua fonte de renda, potencializando, assim, sua reprodução como ator social produtivo.

Os dados, a seguir, obedecem a lógica a partir do ano de chegada dos agricultores em suas propriedades, seguindo a composição da família, a estrutura fundiária das propriedades. Posteriormente analisou-se o manejo do sistema de produção adotado, inclusive que tipo de instrumentos de trabalho esses agricultores utilizam. Verificou-se, ainda, o envolvimento sociocultural dos agricultores e finalmente averiguou-se que noção de sustentabilidade estes atores sociais têm.

A tabela 4 identifica o período de chegada dos agricultores em suas propriedades.

**Tabela 4 - Ano da chegada do proprietário em sua área.**

<b>Chegada na área</b>	<b>Nº estabelecimento</b>	<b>% frente ao total</b>
1940 – 1949	1	0,31
1950 – 1959	0	0,00
1960 – 1969	7	22,50
1970 – 1979	9	28,62
1980 – 1989	4	12,53
1990 – 2000	2	0,70
2000 em diante	3	9,57
Não respondeu	8	25,50
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,00</b>

Fonte: pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

Apesar de o processo de ocupação das áreas serem muito heterogêneo, foi possível perceber que a chegada dos agricultores pesquisados em suas terras teve estreita relação com a história de reorganização fundiária do município. A maioria deles adquiriu sua propriedade, ou a recebeu como herança, entre as décadas de 1950 e 1990. Esse período coincide, conforme o IBGE, com o acentuado crescimento do número de agricultores familiares na região. Este órgão governamental identificou o processo como sendo de descentralização das propriedades do município (tabela 5). Em todas as comunidades não se identificou a predominância de um determinado ano da chegada dos agricultores em suas terras. Os mais antigos, da década de 1940, representam 0,31%, (apenas um). Na década de 1960, sete famílias (22,50%) entraram em suas propriedades. Nove famílias (28,62%), chegaram na década de 1970, já nos anos 1980, quatro agricultores entraram em suas áreas (12,53%). Finalmente, após a década de 1990, cinco famílias se instalaram nas suas áreas, significando 10,27% do total.

Pela data da chegada, é perceptível que, nas décadas de 1970 a 1990, houve uma aceleração de mudanças na estrutura fundiária do município, consolidando propriedades de tamanhos pequenos e médios, o que é confirmado pelos dados do IBGE. Pode-se argumentar que esse fluxo migratório coincide com a expansão da fronteira agrícola nacional, incentivada pelo poder público, que possibilitou migrações em direção ao Centro-Oeste do Brasil. Pietrafesa et al (2008) identifica este período como sendo o primeiro ciclo da “marcha para o oeste”, iniciada na década de 1930, pelo Presidente Getulio Vargas. O segundo deu-se com a expansão do ciclo da soja, a partir da década de 1970, atingindo as fronteiras de Goiás. Conforme este autor, pode-se perceber um terceiro ciclo de expansão aberto pela fronteira da produção de agroenergia, ocorrida no final da década de 1990 (ampliação da capacidade produtiva de álcool e biodiesel, que acelerou processos migratórios no espaço rural do estado de Goiás).

Após identificar o ano de chegada dos agricultores, buscou-se conhecer a composição de cada uma das famílias entrevistadas, quantificando filhos e proprietários ainda não casados, o que, em tese, poderia identificar potencialidades de reprodução social do produtor e seu sistema produtivo, uma vez que a quantidade de membros das famílias determina a quantidade de pessoas a desenvolver as atividades agropecuárias.

**Quadro 3 - A composição das famílias quando chegaram à propriedade**

<b>Quantidade de famílias</b>	<b>Quantidade de filhos</b>
2	0
4	1
6	2
6	3
3	4
1	5
5	Solteiros
2	Outros
3	Não respondeu
<b>32</b>	

Fonte: pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado



Dos agricultores pesquisados, 27 eram casados e destes 25 tinham filhos, dado que indica que pela quantidade de filhos (Quadro 3) a continuidade no sistema de produção, se assim a família planejasse seu futuro, poderia contar com a colaboração dos filhos (garantindo à propriedade o trabalho familiar).

Depois de responderem à questão do questionário sobre o processo de produção, e após identificarem a composição de suas famílias, os agricultores listaram os instrumentos de trabalho disponíveis. Dos 32 pesquisados, 27 informaram que as principais ferramentas de trabalho incorporadas à lida, no momento do ingresso da família na área, foram enxada, enxada, matracas, pá, machado, foice, cutelo, carro de mão, carroça, martelo. Identificaram, pois, utensílios mínimos e de pequeno porte, necessários aos trabalhos agropecuários e, também, informaram que o nível tecnológico, nesse momento, era precário e o sistema de produção era semi-artesanal (derrubada e pastagem com baixo valor agregado). Dois proprietários informaram que não trouxeram ferramentas e três não responderam à questão.

Com efeito, quanto à incorporação de instrumentos de maior potencial tecnológico, apenas em cinco propriedades, foi identificada a existência de algum tipo de máquinas para uso no sistema de produção quando da chegada desses agricultores à propriedade (carpideira, triturador médio para cana e milho, triturador motor-diesel, desmatadeira). Essa constatação pode revelar dificuldades do agricultor familiar, ao iniciar seu processo de reprodução social, por meio de algum tipo de tecnologia que lhe possibilitasse ampliar o volume de produção.

A entrada de animais no sistema produtivo local, foi informada em 28 áreas pesquisadas (cavalos, vacas, porcos e galinhas, cachorro e gato). Apenas 4 proprietários declararam não ter trazido animais. A maioria dos agricultores trouxe entre três e cinco unidades, fato que demonstra o baixo capital de giro desses agricultores.

No momento da realização da pesquisa (2007-2008), a composição das famílias, residentes ou não nas propriedades, era diferente da verificada no ano em que chegaram à área. Em 25 propriedades, os agricultores que iniciaram o sistema de produção continuavam morando em suas terras, quatro mudaram para povoados próximos das propriedades e três famílias moravam na sede do município. Diante desses dados, pode-se asseverar que a presença, na propriedade, das primeiras pessoas que iniciaram o processo produtivo ainda é

grande, revelando que o sistema de produção, ainda, é a base de sobrevivência de parte dessas famílias.

Em sete propriedades as famílias estão contando com a mão-de-obra de todos seus membros (pais e filhos), porém, em outras sete, os filhos migraram para as cidades em busca de trabalho, a fim de auxiliar na sustentação da família e, em 16 áreas, os filhos migraram para estudar na sede do município ou em outros lugares. Segundo a declaração dos participantes da pesquisa, em 23 propriedades, membros das famílias migraram em busca de políticas públicas (trabalho e educação). Esses dados assemelham-se aos estudos desenvolvidos por Camarano e Abromavay (1999), que identificaram fluxo rural-urbano de jovens e mulheres, oriundos de setores da agricultura familiar em direção às cidades próximas. Nesses estudos os autores concluem que, no decorrer das décadas de 1990, permanecendo nos anos 2000, existe um processo de envelhecimento e masculinização da população rural.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o módulo fiscal (rural) do município de São Luís de Montes Belos é de 40 hectares e são enquadrados como agricultores familiares os proprietários de áreas de até quatro módulos, o que totaliza área máxima de até 160 hectares. Essa referência é utilizada na identificação do setor na variável “tamanho”, tanto pelos órgãos públicos, para efeito de liberação de crédito subsidiado do PRONAF, como para o movimento sindical em sua política de sindicalização. Para efeito de análise, este trabalho assume a classificação de módulo rural como representativa (no quesito tamanho de área) dos agricultores familiares de São Luís de Montes Belos, pois, além de ser um elemento definidor de políticas, expressa quantitativamente um número significativo de propriedades.

Esse quadro não difere muito dos dados levantados pelo IBGE sobre a estrutura fundiária existente no município, segundo os quais pelo menos 53,14% dos estabelecimentos estão na faixa de 10 a 100 ha. Foram pesquisados 17 agricultores nessa faixa. (tabela 5).

**Tabela 5:** Estrutura fundiária dos agricultores pesquisados: (área em ha. no período da pesquisa).

<b>Grupos de área total</b>	<b>Nº estabelecimento</b>	<b>% frente ao total</b>
1 < 10	11	34,38
10 < 20	5	15,63

20 < 30	3	9,38
30 < 50	7	21,88
50 < 100	2	6,25
100 < 150	2	6,25
Acima de 150	2	6,25
Total	32	100,00

Fonte: pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

As áreas entre 1 a 10 hectares são as mais representativas. Duas situações devem ser destacadas. A primeira é que este tipo de área dificulta futuras expansões do sistema produtivo nos aspectos quantitativo (ampliação da produção limitada ao tamanho da área) e no aspecto qualitativo (adaptação e uso de tecnologias) para ampliar a renda familiar. A segunda situação, decorrente dessa, é a grande possibilidade de fluxo migratório, pois impede o crescimento do grupo familiar em virtude de a área, ser incapaz de comportar a ampliação de renda, dificultando a manutenção do grupo.

O Quadro 4, a seguir, reforça as informações a respeito do uso da terra, indicando que um grupo de agricultores arrenda áreas, pois suas propriedades são de tamanho insuficientes para o manejo com o gado leiteiro. Também mostra que, ainda pouco, já existem áreas com erosão, indicando a possibilidade de degradação do solo.

**Quadro 4:** Informações ambientais no uso da terra

Situação atual na utilização das terras	Quantidade de propriedades	
	sim	não
Tem área que você arrenda de terceiros	9	23
A sua área tem problemas com erosão?	4	28
Você enfrenta problemas com água na propriedade?	2	30
Não respondeu	0	0

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

A prática de arrendamento para expandir a produção, ainda que não seja em grande escala, é usada no município; 29,00% dos agricultores a adotam. Os pesquisados informaram que o fazem para ampliar a área de pastagem, o que

pode denotar a vocação da pecuária leiteira do setor pesquisado e, também, confirmar a análise do quadro anterior, quanto ao tamanho das áreas. Por outro lado, a excessiva utilização do solo tem como uma das conseqüências o seu desgaste. Assim sendo, em quatro propriedades, já se verificam a existência de erosões. Os agricultores informaram que para sanar esse problema, estão fazendo curva de nível e arborização. Um deles está procedendo ao reflorestamento de margens de córrego. A falta de água apareceu em duas áreas e, seus proprietários fizeram poço para solucioná-lo.

Pode-se deduzir diante das informações colhidas que, em primeiro lugar, o sistema de produção já está saturado em pelo menos 29,00% das propriedades, forçando o agricultor a alugar outras áreas e 12,5% das áreas já apresentam algum tipo de esgotamento ambiental, do mesmo modo, colocando em risco o sistema produtivo e o meio ambiente.

O Quadro 5 apresenta uma seqüência das informações do Quadro 4, demonstrando que houve várias alterações nas propriedades. Foram diminuídas as áreas de pastagem natural, as matas ciliares e aumentadas às áreas inaproveitáveis (áreas que, supostamente, atingiram um nível alto de degradação, impossibilitando que seja recuperada em curto prazo).

**Quadro 5** : Informações sobre manejo com o uso da terra: comparação ano da chegada com a atualidade

Situação atual no manejo do solo	Quando chegou (quant. propriedades)	Atual (quant. propriedades)
	Sim	Sim
Pastagem natural	10	8
Pastagem formada	15	18
Capineira	0	5
Cana de açúcar para forrageira	8	5
Milho para silagem	3	8
Culturas anuais	9	7
Culturas permanentes	1	3
Reflorestamento	0	4
Matas ciliares	10	3
Matas	4	3
Áreas Inaproveitáveis	1	2
Áreas Inaproveitadas	2	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

Os indicadores são preocupantes, uma vez que estão diretamente relacionados com o desgaste ambiental. Há uma possível saturação do sistema de produção, pois a maioria dos proprietários utiliza quase que totalmente suas áreas, não havendo espaços para expansão produtiva e mesmo condições de estabelecer rodízios em seus sistemas. Em contrapartida, em algumas áreas, avançaram espaços de reflorestamento e culturas permanentes, além de serem cultivadas lavouras de milho destinadas à silagem, para reforço da ração dos animais leiteiros. Esses procedimentos técnicos poderão, em médio prazo, ampliar as condições de manejo, com adoção de práticas de rodízios.

Os dados indicam uma grande oscilação no controle ambiental, com avanços e situações críticas. Diminuiu o número de propriedades com a preservação de áreas próximas aos cursos de água. As matas ciliares existentes em 10 unidades produtivas, quando da chegada dos proprietários, foram reduzidas para três. As matas, áreas de preservação obrigatória, também diminuíram. A nova paisagem produtiva das propriedades estudadas indica que estas não estão se inserindo em um contexto de desenvolvimento rural sustentável.

Mesmo havendo alterações na paisagem do sistema de produção desenvolvido pelos agricultores (ver Quadro 5), há acréscimo de produtividade somente em sete propriedades. Por que esta situação acontece? As razões podem estar relacionadas com o manejo do solo que estão utilizando, com baixo potencial tecnológico (falta de equipamentos apropriados, falta de assistência técnica) e pouca área disponível para expansão do sistema o que impede ampliar a produtividade. Dos agricultores que obtiveram aumento de produtividade, seis apresentaram aumento no sistema de pecuária leiteira e um em cultura permanente.

Foi constatado que o manejo do sistema produtivo é feito da seguinte maneira: a) ninguém faz inseminação artificial para melhoria genética do rebanho leiteiro; b) um produtor limpa o pasto duas vezes ao ano; os outros 31, o fazem uma vez; c) nas roças apenas dois agricultores fazem adubação orgânica; d) sete fazem rodízio de culturas e 13 fazem curva de nível para proteção dos pastos e conservação do solo. Esses dados também podem ser identificadores da baixa produtividade do sistema familiar do Município.

Relacionados com as informações anteriores, os dados sobre assistência técnica podem evidenciar mais um dos motivos das dificuldades em que se encontra o setor de agricultura familiar na área estudada. Ao serem indagados se já receberam algum tipo de assistência técnica, apenas nove produtores responderam positivamente, e foi realizada pela Agência Rural local. Essa assistência ocorreu três vezes ao ano em duas propriedades; duas vezes em uma propriedade e uma vez em seis delas.

A participação em treinamentos, envolvendo as famílias de agricultores, tem ocorrido no município, porém, dos 32 pesquisados, apenas 10 afirmaram ter freqüentado esses eventos. As atividades tinham como tema: manejo de gado; manejo de pasto, plantio direto; piquete rotatório; arranjo produtivo local (área leiteira). A realização ficou a cargo da Agência Rural, da EMBRAPA, do SEBRAE e do Laticínio Morrinhos. Aparentemente o número de participante é pequeno, mas se, forem levados em conta os dados referentes à participação social dos agricultores (Quadro 6), o número de participantes pode ser considerado representativo, mesmo não atingindo mais de 50% deles. Significativos também são os temas, pois estão relacionados diretamente com os sistemas de produção de todos os pesquisados.

Se, por um lado, falta assistência técnica, por outro, os treinamentos são disponibilizados, falta, contudo, uma cultura de participação por parte do agricultor, aliás, é preciso que se ampliem os mecanismos de divulgação destas atividades. A baixa participação social do setor pode ser identificada como mais um obstáculo à presença do setor em treinamentos, cursos e, mesmo, à obtenção de assistência técnica (Quadro 6).

**Quadro 6:** Participação dos produtores em organizações sociais (múltipla escolha)

Participação Social	Quantidade de propriedades	
	sim	não
Sindicato	7	25
Cooperativa	3	29
Associação	4	28
Igreja	20	12
Não participa	3	

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro de 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

Todos os agricultores pesquisados declararam realizar suas relações comerciais na sede do Município (compra de alimentos, roupas, insumos para produção). A venda da produção, também, é realizada na mesma cidade.

As atividades não-agrícolas têm sido pouco constantes no cotidiano destes agricultores familiares de São Luís de Montes Belos, apenas cinco famílias declararam exercer outras atividades, para auxiliar na elevação das rendas. Na pesquisa de campo, foi possível avaliar as proporções desse fenômeno, pois aproximadamente cinco agricultores visitados executavam atividades remuneradas fora de sua propriedade. A argumentação de todos foi a mesma: “aumentar a renda familiar”. As outras atividades foram identificadas como: trabalhar de diarista, salgadeiras e setor de serviços (presidente do sindicato).

O desenvolvimento de atividades não-agrícolas, conforme apresentadas em São Luís de Montes Belos é verificado em várias regiões do Brasil, levando muitos cientistas sociais a estudá-lo. Encontra-se na literatura reflexão sobre o avanço de trabalhos não-agrícolas (pluriatividade) como forma de obtenção e de elevação da renda doméstica na área de agricultura familiar<sup>7</sup>.

Esclarece-se que as questões do questionário, apresentadas nos quadros 5 e 6 , eram de múltipla escolha, portanto, a somatória das respostas não corresponde ao número de entrevistas (32), uma vez que cada um deles poderia assinalar mais de uma opção. Assim sendo, para efeito de análise, deu-se destaque à frequência com que as respostas foram dadas. Por exemplo, o quadro 6 mostra que 20 famílias participam de atividades religiosa (Igreja), mas podem, também, ter marcado a alternativa: filiação aos sindicatos. Consideraram-se as duas indicações e entende-se que, quanto maior a frequência, maior a identificação do agricultor com aquelas variáveis.

O cooperativismo e o associativismo são setores pouco priorizados pelos produtores. Essas organizações são responsáveis pela orientação produtiva (conjunto da cadeia de produção do setor). Algumas questões surgem:

a) As organizações não estão criando sinergia com os agricultores familiares? b) Estes agricultores, mesmo sabendo de sua existência, não se sentem beneficiados pelas atividades, por eles desenvolvidas?

---

<sup>7</sup> Ver: Schneider (2001) e Mattei (1999).

O quadro 7 mostra que apenas um produtor identificou áreas de lazer próximo da propriedade (uma represa para pesca) e, quanto às formas de lazer preferidas pela família, a celebração religiosa voltou a ter destaque, pois 20 famílias a identificaram. Assistir à televisão obteve 14 indicações.

**Quadro 7** : Áreas de lazer próximo da propriedade (sim/não) e quais as formas de Lazer preferidas pela família

<b>Participação Social</b>	<b>Quantidade de propriedades</b>	
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Identificação de área de lazer (Pública)	1	31
Celebrações religiosas	20	12
Local de dança	8	24
Visitas a parentes e amigos	10	22
Jogar bola	3	29
Mesa de truco	2	30
Assistir televisão	14	18

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

Além de espaços de lazer, esta pesquisa de campo buscou informações sobre outras políticas públicas. Um conjunto de 13 agricultores familiares utilizou da política de crédito e receberam financiamento do Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (PRONAF). Com os recursos recebidos, foi adquirido gado leiteiro, para melhoramento genético do rebanho, em 10 áreas e em três foi feita reforma de pasto. Do total de pesquisados, 12 não responderam à questão sobre crédito e sete não procuraram essa política.

A situação das estradas foi um outro aspecto objeto de indagação e foi considerada regular por 18 agricultores, 10 as avaliam como boas/ótimas e quatro afirmaram que as estradas estavam ruins. Todos declararam que a Prefeitura é responsável pela manutenção dessas estradas e que este órgão público se fez ausente, quando eram necessários seus serviços para melhorar as condições das vias de circulação municipal.



Escola rural, uma das mais importantes políticas públicas do País, foi identificada como ausente na maioria das entrevistas. Apenas cinco responderam que existe essa instituição perto de sua propriedade e que atende aos alunos até o 9º ano. Dois proprietários não responderam à questão e 26 informaram que não existe essa instituição. A existência de Posto de Saúde que atende diretamente ao espaço rural foi apontada por apenas três agricultores.

A ausência do poder público municipal e de sua intervenção junto ao setor de agricultura familiar levou os sujeitos da pesquisa a avaliar a atuação da prefeitura como sendo ruim e péssima (15 agricultores), 14 identificaram-na como regular e apenas dois como uma intervenção de boa qualidade.

Por outro lado, a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) contou com a participação de quatro dos agricultores entrevistados, e apenas dois conhecem o conteúdo final deste Plano. Isso evidencia que os agricultores ainda não criaram uma cultura participativa na esfera política e, assim, estão fora do espaço de decisão sobre a vida política do município.

Os quadros 8 e 9 agrupam informações sobre as possibilidades de sobrevivência do setor da agricultura familiar, inclusive sobre o potencial de sustentabilidade das unidades de produção. O quadro 8 indica que a maioria das famílias, ainda, está sobrevivendo de atividade agropecuária porque seus componentes mais idosos têm forças para continuar e informaram que os filhos já moram fora das áreas. Se for somada a esta resposta “São ruins as possibilidades de permanecer, mas ainda é melhor que viver nas cidades como assalariado” – pode-se deduzir que, em alguns anos, haverá exaustão do sistema de produção familiar por falta do fator trabalho para as áreas pesquisadas, evidenciando que o setor apresenta um alto risco de não sobreviver ou falir.

**Quadro 8:** Possibilidades de permanência de sua família na propriedade. (múltipla escolha)

Possibilidades permanência na propriedade	Respostas
Boas, pois tenho ajuda de parentes próximos para a atividade	6
Filhos moram na cidade, mas tenho forças para continuar na atividade	14
Tenho recebido crédito e assistência técnica que ajudam a ficar na atividade	7

Não vai dar para continuar, pois os parentes próximos saíram e não consigo manter a atividade.	4
São ruins as possibilidades de permanecer, mas ainda é melhor que viver nas cidades como assalariado.	10

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

Na visão dos agricultores pesquisados, a fim de o sistema de produção familiar ter melhorias que garantam sua sobrevivência, três variáveis deveriam ser implementadas (quadro 9):

- a) aumentar a assistência técnica pública e gratuita;
- b) ampliar as linhas de créditos e
- c) melhorar as estradas até o comércio mais próximo.

**Quadro 9:** O que deve ser feito *EM PRIMEIRO* lugar para melhorar a vida de sua família e a dos agricultores familiares? (múltipla escolha)

Melhorias a serem conquistadas	Respostas
Ampliar as linhas de créditos	16
Aumentar a assistência técnica pública e gratuita	26
Melhorar as estradas até o comércio mais próximo	15
Melhorar ou construir escolas no meio rural	4
Ter assistência médica no meio rural	8
Construir silos e armazéns coletivos	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de dezembro 2007 a janeiro 2008.  
Elaboração: Orlandina Ferreira Machado

As políticas públicas de ação social (escolas, saúde) também foram citadas, mas em menor frequência, pois, em parte, na visão dos pesquisados, essas ações são desenvolvidas nas sedes dos municípios e, como todos têm veículos disponíveis em suas propriedades, fica mais fácil a resolução de eventuais dificuldades nestas áreas. O que não ocorre com o sistema de produção, uma vez que, se houver constantes processos de descapitalização, as possibilidades de exaustão e migração das áreas aumentam.

Finalmente, a última questão constante do instrumento de coleta de dados foi: *O que se entende por Sustentabilidade?* Para surpresa da organização desta pesquisa, 21 pesquisados não responderam à pergunta. Os nove que a responderam afirmaram que entendiam sustentabilidade como:

- a) apoio ao agricultor familiar para ficar na sua propriedade;
- b) propriedade suficiente para viver;

- c) programa do governo que veio para melhorar a família nas pequenas propriedades rurais, mas que ainda está do mesmo jeito, falta mais esclarecimento;
- d) uma atividade que vem melhorar para o pequeno produtor;
- e) bem-estar no meio em que vive o homem, tornando possível um modo de viver aliado com meio ambiente;
- f) balança comercial: se fica positiva os pequenos e médios produtores vão sair ganhando;
- g) desenvolvimento de atividades econômicas para maior sustentabilidade para os pequenos produtores. Produzir para sustentar;
- h) produção na propriedade suficiente para mantê-la e,
- i) fazer com que a própria terra produza o suficiente para sustentar a família e toda a propriedade.

Pode-se perceber com certa clareza, que a visão de sustentabilidade dos 28,00% pesquisados, que responderam à questão, está voltada para a sobrevivência econômica do sistema de produção: apenas um indicou a relação com o meio ambiente como fator importante. Apesar de o tema ser estudado desde o final da década de 1960, haver farta bibliografia e, ainda, inúmeros programas de governo, a ação prática sobre como desenvolver uma política de sustentabilidade está ausente entre os agricultores pesquisados em São Luís de Montes Belos.

Os dados obtidos indicam que, em vários aspectos, os agricultores familiares do município assemelham-se ao conjunto do setor no estado de Goiás. Dentre eles, destacam-se no campo econômico: a prioridade produtiva é baseada na pecuária leiteira (monocultura); existe um envelhecimento do espaço rural; a pluriatividade ainda é incipiente, dificultando a travessia da monocultura para sistemas integrados com as várias formas de relacionamento econômico local e regional; falta política pública que dê suporte em infra-estrutura ao agricultor familiar, pois os gestores públicos estão distantes da realidade do setor, mas ao mesmo tempo os agricultores permanecem isolados.

No campo social, há, também, semelhanças com a situação geral do estado de Goiás: ausência de escolas e postos de saúde compatíveis com as necessidades do agricultor e de seu espaço, o rural; área de lazer não é preocupação, nem deles próprios e nem do poder público. Quanto ao lazer majoritariamente, voltam-se para a televisão e para fazer algumas visitas a parentes e amigos; a incipiente participação em Instituições de classe (sindicatos,

cooperativas e associações) isola, ainda mais, o potencial de pressão do setor, restando a esse agricultor “esperar” que o poder público tome frente para resolver seus problemas.

E, finalmente, nos aspectos ambientais, com base na visão dos agricultores familiares sobre sustentabilidade e também nos dados sobre o manejo de suas propriedades, pode-se afirmar que há uma situação preocupante. Com a monocultura leiteira, houve avanços das áreas de pastagem artificial sobre a natural, sobre as matas ciliares e matas de reservas.

Como as áreas são pequenas, falta espaço para um relacionamento orgânico, ou seja, mais consciente e responsável com o meio ambiente, prejudicando sua possível preservação.

Como a amostra desta pesquisa foi montada no sentido de percorrer o conjunto do espaço rural do município, o quadro geral obtido com os dados de campo indica a necessidade de uma urgente intervenção educativa e técnico-produtiva com vistas a planejar novas formas de desenvolvimento rural no município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurou-se conhecer o universo do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos, apreendendo a possibilidade de alternativa sustentável, que, inserida nesse universo, possibilite a esse agricultor permanecer em sua propriedade.

Algumas questões exigiram um questionamento mais acurado: O agricultor familiar de São Luís de Montes Belos consegue entender a importância da sustentabilidade? O nível de tecnologia do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos atende aos conceitos de sustentabilidade? As atividades socioeconômicas do agricultor familiar estão relacionadas com o conceito de sustentabilidade? Que planos de ação de políticas públicas são desenvolvidos pelos espaços públicos (Prefeitura, Estado e Federação) que privilegiam as propostas de sustentabilidade no espaço da agricultura familiar?

Pôde-se perceber com certa clareza que, para uma parcela dos pesquisados (28,00%), a visão de sustentabilidade está voltada para a sobrevivência econômica do sistema de produção. Apesar de não ser um índice significativamente alto, pode-se considerar expressivo, pois esta temática é recente na vida dos agricultores pesquisados. Apenas um, entre os 32 pesquisados, indicou a relação com o meio ambiente como fator importante. Nenhum indicou que fatores sociais são importantes para sua permanência e sobrevivência no espaço produtivo. Apesar de o tema ser estudado desde o final da década de 1960 e haver uma vasta bibliografia, programas de governo sobre como desenvolver uma política de sustentabilidade, esta questão está ausente da prática produtiva dos agricultores familiares de São Luís de Montes Belos. Os dados de campo, em contraposição aos estudos já realizados sobre sustentabilidade, indicam que existe uma grande lacuna entre o cotidiano produtivo dos agricultores da região estudada e o conhecimento e os alertas mundiais acerca da necessidade de preservação sócio-ambiental.

A separação entre as dimensões sociais e naturais dos problemas ambientais, a desigualdade, a exclusão social, a inexistência ou a falta de uma

educação ambiental mais efetiva e adequada e a incipiente condição tecnológica são variáveis que têm uma influência negativa no sistema de produção deste ator social e isso pode refletir no baixo índice de conhecimento sobre o que é desenvolvimento sustentável.

O que foi possível visualizar é que aprender, tomar conhecimento de uma situação não torna a situação menos complexa, nem esta pesquisa tem condições de refazer o caminho do modelo escolhido pelos agricultores, tampouco interferir por si só na resolução de problemas da falta de ações concretas, quanto às mudanças que são necessárias, no âmbito da agricultura familiar de São Luís de Montes Belos, referentes ao conhecimento das questões sócio-ambientais.

Com o presente estudo, pôde-se perceber ser necessário trabalhar a sensibilidade, a consciência ambiental dos agricultores em foco, bem como o poder público intervir em algumas ações diretas, tais como visitas às áreas, palestras sobre educação ambiental; aprimoramento do sistema de produção, utilizando o PRONAF como fomento para melhorar o manejo das propriedades. Outro elemento substancial para melhorar a situação geral destes agricultores relaciona-se à participação deles em seus órgãos de representação, uma vez que essa participação fortalece a categoria, que pode, através dessa união, reivindicar melhorias nos sistemas de produção e nas condições de vida.

Existem várias instituições de ensino no município, que podem, junto com o poder público e as organizações sociais dos agricultores fazerem parcerias com vistas a compreender a situação desses agricultores e produzirem alternativas ambientais com vistas a atingirem melhores graus de sustentabilidade. Como proposta, nesse sentido, programas de educação ambiental deveriam ser desenvolvidos junto aos agricultores e seus familiares.

O segundo aspecto a considerar e de grande relevância diz respeito ao nível de tecnologia usada pelo agricultor familiar de São Luís de Montes Belos e ainda quanto essa tecnologia atende aos conceitos de sustentabilidade.

De acordo com Buanain (1998), no Brasil, os agricultores familiares, mesmo os economicamente consolidados, enfrentam a restrição do tamanho da propriedade. Nesse sentido, a tecnologia apropriada para os agricultores familiares é aquela que permita intensificar a geração de valor agregado em pequenas áreas, reduzir as dificuldades advindas da falta de mão de obra e a explorar as vantagens organizacionais associadas à base familiar.

Nessa visão, quando da análise dos dados da pesquisa, constatou-se que, apesar de reconhecida importância, a tecnologia usada pelos agricultores mencionados traz pouco auxílio na expansão do sistema de produção leiteiro do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos.

Grande número dos pesquisados utiliza predominantemente a mão-de-obra familiar e trabalham a terra com base no esforço da família e no comando do trabalho temporário de diaristas. Administram sua propriedade por meio da experiência adquirida ao longo da vida, com nenhum ou pouco atendimento técnico e sem se preocupar com melhoria das condições de produção.

O agricultor familiar, em foco, na sua grande maioria, tem pouca habilitação formal e é, em geral, o único responsável pelo exercício de todas as funções da propriedade.

Dados acerca do desempenho socioeconômico aferidos com o questionário aplicado aos diferentes proprietários apontam que a forma de maior viabilidade no município e que lhe dá sustentação econômica é a produção leiteira, atividade que faz não só o município integrar o APL do leite como ser um grande articulador da constituição deste, junto a órgãos governamentais e entidades privadas locais, potencializando, com o apoio, uma atividade econômica presente em todos os dezoito municípios que compõem a microrregião de São Luís de Montes Belos, onde a participação de cada um acontece num processo de trocas mútuas.

Outro dado relevante quanto às políticas públicas a mencionar é que, conforme dados do Banco do Brasil, o agricultor familiar de São Luís de Montes Belos faz uso das políticas do poder público, mediante o Programa Nacional da Agricultura Família (PRONAF), o que pode ser confirmado com o levantamento investigativo desta pesquisa com o qual se apurou que, aproximadamente, **50,00% dos entrevistados, que responderam ao questionamento**, afirmaram ter recorrido ao PRONAF para sanar suas necessidades.

Conclui-se, buscando respaldo na pesquisa efetuada, que o agricultor familiar de São Luís de Montes Belos é um forte participante da economia do município e influente agente deste setor econômico. Corrobora essa afirmação o fato de este ator social realizar, neste município, a concretização comercial, adquirindo os insumos para sua produção e material de consumo familiar.

Assim, a sobrevivência econômica de seu sistema de produção está ligada ao município, fortalecendo seu comércio, criando postos de trabalho para outros setores.

Finalmente, para se efetivarem programas que venham ao encontro da permanência do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos, no seu meio, de forma sustentável, conciliando crescimento e desenvolvimento, com conhecimento do segmento no qual atua, bacia leiteira, é preciso um conjunto de ações, das quais se pode sugerir: incentivar a participação em programas de nível municipal, estadual e mesmo federal, voltados para a categoria; prestar assistência e capacitação técnica a todos os níveis da cadeia produtiva; inserir este ator em organizações representativas da categoria; gerar tecnologias adaptadas e adequadas à sua realidade; preceder a estudos de mercado municipal e regional, buscando mecanismos de apoio à comercialização da produção e que considere a potencialidade de usar essa produção para abastecer mercados institucionais (merenda escolar, creches, asilos, hospitais etc.); ofertar crédito acessível; implantar um serviço de acompanhamento, incentivo e de responsabilidade para com a conservação ambiental; manter o agricultor familiar ciente da importância da atividade leiteira para o desenvolvimento socioeconômico da microrregião; fortalecer a criação de cooperativas e associações, visando a um melhor aproveitamento coletivo das potencialidades individuais de cada produtor.

Antes de tudo, porém, é preciso imbuir esse agricultor do sentimento de responsabilidade com a família, com a humanidade, com o Planeta. Cabe lembrar Camargo (2002): a história da humanidade registra inúmeros exemplos de avanços e de retrocessos. Não se tem uma receita de como proceder na busca de um futuro melhor. Cada comunidade, município, região, cidade ou estado deve encontrar dentro da sua realidade recursos para fazer parte do processo constante de busca e mudanças. É preciso que o homem, ator principal de todo e qualquer processo de mudança, tenha ciência de que suas decisões ou omissões afetam o presente e o futuro como um todo. Esta autora reflete, ainda, questionando se ainda há possibilidade de “acordar” a consciência do homem em um mundo preenchido por tanta diversidade, conflitos e graves problemas sócio-ambientais.

Concluindo este estudo, reafirma-se que a permanência e perseverança do agricultor familiar de São Luís de Montes Belos somente será possível com um acompanhamento a médio e longo prazo de sua atuação, observando seu



desenvolvimento econômico, social e ambiental, em consonância com o desenvolvimento do município. Sua integração social e ambiental está intimamente ligada à necessidade de criação de políticas de governos voltadas à orientação do setor nos campos da educação ambiental e organizativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Texto para Discussão**, nº. 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999, 26 p.

Agenda 21 - Compêndio para a Sustentabilidade, [www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/21](http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/21). Acesso em 28/11/2007.

Agenda 21 do estado de Goiás. **Sustentabilidade para o Desenvolvimento Econômico Regional**, 2006.

ASTI VERA, ARMANDO. **Metodologia da Investigação Científica**. Porto Alegre, Globo, 1974.

BRASIL, Lei 4504/1964. encontrada em: [www.lei.adv.br/4504-64.htm](http://www.lei.adv.br/4504-64.htm); acesso em janeiro 2008.

BRASIL, Lei 11.326/2006. Encontrada em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). acesso em janeiro 2008.

BRASIL, Lei 6.938/1981 encontrada em: <http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislacao/Meio-Ambiente-e-Urbanismo/Leis/LEI-N1-6.938-DE-31-DE-AGOSTO-DE-1981>. acesso em janeiro 2009.

BRASIL, Lei 8.171/1991 encontrada em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/56816/lei-8171-91>. acesso em janeiro 2009.

BUAINAIN, Antônio Marcio. **Trajetórias recentes da política agrícola brasileira**. Brasília: Textos FAO/INCRA, 1998.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável**: concepções, entraves e implicações a sociedade humana. (dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em março 2002).

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. Textos para discussão n. 621**. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 1999.

CARMO, Maristela Simões, SALLES, Julieta T.A.O., COMITRE, Valeria. **Agricultura sustentável e o desafio da produção de alimentos no limiar do**

**terceiro milênio.** Informações Econômicas. São Paulo, v.25, n.11, p.25-33, nov.1995.

CASAROTTO FILHO, Nelson e PIRES, Luiz Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local.** São Paulo: Atlas, 1998. 148 p.

CAUME, David José. **A agricultura familiar no estado de Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988, 430p.

CORDEIRO, Ângela; PETERSEN, Paulo; et ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira:** subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Mimeo. Rio de Janeiro, 1996. 50 p.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná.** EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. Disponível em: [http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos\\_trabalhos.html](http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos_trabalhos.html) acesso em 05/01/2009.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção:** um resultado didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável.** origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

FAO/INCRA/MDA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto.** Silva Cardim (FAO) e Carlos Guanzioli (INCRA) (coord). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, fevereiro/2000. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid>, acesso em fevereiro 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em janeiro 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo demográfico. Belo Horizonte: IBGE, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª ed. Revisado e ampliado. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, Hugues (coord). **A Agricultura familiar.** UNICAMP, Campinas, 1993.

LAUREANO, Benedito Cardoso. **Análise e projeto de desenvolvimento para o APL lácteo da microrregião de São Luís de Montes Belos (GO).** Trabalho de Conclusão de Curso. CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Brasília, DF. 2007.

\_\_\_\_\_. O APL - lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos. In.: **Revista Economia & Desenvolvimento**, abril/junho 2007.

MDA, **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil – O Brasil redescoberto**, Brasília, MDA, 2000.

MALAYANG, B. S. Rethinking “Sustainable Development”. SEARCA Agriculture & Development Discussion a Paper Series No. 2004-2.1-13

MATTEI, Lauro. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. Tese doutorado, UNICAMP, Campinas – SP, 1999.

MENDES, Mariana Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**.

[http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html) acesso em 12/11/07.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio. Balança Comercial brasileira por Municípios. <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/> acesso em fevereiro 2009.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, nº 3, 2º semestre/1996.

PAULA, Waldedy Maria. **APL muda o perfil da cadeia de leite na microrregião de São Luis**. *Economia & Desenvolvimento*, junho 2007.

PIETRAFESA José Paulo. **A Grande travessia: agricultura familiar e qualidade de vida**. Tese Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2002.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar: a construção de um conceito. In.: **Revista Candeia**. Ano 3, n. 4, ISSN 1677-7514, p. 17-27. 2002.

\_\_\_\_\_. A Utilização de Tecnologia na Agropecuária: Nova Divisão do Trabalho no Meio Rural. In.: Tejerina Garro, F. L.; Pietrafesa, J. P. Rocha, C. **Os Desafios da Sustentabilidade no Estado de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PIRES, Mauro Oliveira. A trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável na transição paradigmática. In: BRAGA, M. L. S e DUARTE, L. M. G. **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PORTO, Maria S. G. e SIQUEIRA, Deis E. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas**. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.

PREZOTTO, Leomar Luis. A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária. (Dissertação de Mestrado). <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0784012224.doc>. acesso em 22/01/2009.

PRONAF (2002): **Relatório Institucional do PRONAF. SAF/MDA**. [www.mda/saf.org](http://www.mda/saf.org), acesso em dezembro 2007.

RODRIGUES, Jadir Gonçalves. **Estrutura agrária e produção familiar: a modernização da pecuária leiteira em São Luis de Montes Belos.** Goiânia: Descubra, 2003.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Conflitos e mediações: pode a questão ambiental esverdear direitos? **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 71 – Abril/2007 – Mensal – Ano VI. <http://www.espacoacademico.com.br/071/71ruscheinsky.htm>. Acesso em 21/01/2009.

SACHS, Ignácio. **Eco desenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas.** Los casos de India y Brasil. Pensamiento Ibero-americano 46, 1990. p. 235-256.

SANTOS, José Manoel dos. **Debate: Dossiê reforma agrária: fortalecer a agricultura familiar.** <http://www.coletivodigital.org.br>. acesso em janeiro 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situação de agricultura familiar in: **A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: a fase III do Projeto Rurbano, II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro**, Campinas – SP, Instituto de Economia – UNICAMP, 1 e 2 de outubro de 2001.

SEPLAN/SEPIN: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico / Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Disponível: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>. - Acesso: outubro 2007, fevereiro 2008, novembro 2008, janeiro 2009.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola.** Uma visão histórica. USP - Hucitec, SP, 1991.

\_\_\_\_\_. **“Cidades Imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula”.** Campinas, São Paulo, Editora Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, 1996. (texto apresentado no XX **Encontro Anual da ANPOCS**, GT 17 - Processos Sociais Agrários).

WOLFF, Luis Fernando. **Agricultura sustentável e sistemas ecológicos de cultivo.** (Agricultura Química x Agricultura Ecológica). <http://www.agirazul.com.br/artigos/wolff.htm>. acesso em 16/12/2008.

## **ANEXOS**

# ANEXO I

## Quadros elaborados a partir dos dados de campo

Quadro 01 Informações sobre as famílias

Comunidade (propriedade)	Tamanho da propriedade?	Município	Quando chegou na propriedade?	Onde morava anteriormente?
<b>SILVOLÂNDIA</b>				
1.Faz São Domingos III				
2.Faz São Domingos I				
3. Faz São Domingos II				
4.Faz São Domingos				
<b>DOS BUENO</b>				
1.Fazenda Santana I				
2. Faz córrego do empedrado				
3.Juercina Pereira da silva				
4.Faz Bueno				
5.Faz córrego fundo				
<b>SANTA MARIA</b>				
1.Faz. Santa Maria I				
2.Faz. Santa Maria II				
<b>ROSALANDIA (Distrito de SLMB)</b>				
1.Faz. Santa Rosa				
2.Faz. São João				
<b>CORREGO DA COSTA</b>				
1.Chácara Córrego do Limão				
2.Santana III				
3.Chácara Santana				
<b>CORREGO FUNDO</b>				
1.Faz. Diamantina I				
2.Faz. Diamantina II				
3.Faz. Diamantina III				
4.Faz Bom Jesus				
5.Faz Bom Jesus II				
<b>CORREGO DA ONÇA</b>				
1.Faz. Bueno I				
2.Faz Córrego da onça				
3.Faz Bueno II				
4.Faz. Bueno III				
5.Faz Córrego da Onça II				
<b>SAO SEBASTIAO</b>				
1.Fazenda Santa Maria				
2.Fazenda córrego 3 maio				
3.Fazenda Santa Rosa				
<b>SANTA LUZIA</b>				
1. Faz Córrego Empedrado				
2. Faz Córrego empedrado II				
3. Faz Córrego fundo				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 2 – Composição da Família quando chegou a propriedade:**

<b>Comunidade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Se casado quantos filhos?</b>	<b>Sua família trouxe ferramentas ? Quais? Quantas?</b>	<b>Máquinas quais? Quantas?</b>	<b>Animais, quais? Quantas?</b>	<b>Dinheiro, quanto?</b>
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SAO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 à fevereiro 2008.

**Quadro 03 Situação atual na composição da família**

<b>Comunidade</b>	<b>Onde você mora na atualidade</b>	<b>Se mora fora da propriedade, porque?</b>	<b>Onde moram e o que fazem seus filhos?</b>	<b>Se os filhos moram fora da propriedade, qual atividade desenvolvem?</b>
SILVOLÂNDIA				
DOS BUENO				
SANTA MARIA				
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)				
CORREGO DA COSTA				
CORREGO FUNDO				
CORREGO DA ONÇA				
SÃO SEBASTIÃO				
SANTA LUZIA				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.



## Inventário das Propriedades

**Quadro 4 - Inventário da Propriedade**

Comunidade	Tem área que você arrenda de terceiros	Se sim, qual uso faz dela	A sua área tem problemas com erosão?	Se tem erosão como resolve?	Você enfrenta problemas com água na propriedade?	Como resolve?
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SAO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007e fevereiro 2008

**Quadro 4.1 - Como era a terra que mora quando chegou (*em hectares*)**

Comunidade	Pastagem natural	Pastagem formada	Campineira	Cana de açúcar para forrageira	Milho para silagem	Culturas anuais	Culturas permanente	Refloramento	Matas ciliares	Matas	Áreas Inaproveitáveis	Áreas inaproveitadas
SILVOLÂNDIA												
DOS BUENO												
SANTA MARIA												
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)												
CORREGO DA COSTA												
CORREGO FUNDO												
CORREGO DA ONÇA												
SÃO SEBASTIAO												
SANTA LUZIA												

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 4.2 - Como é atualmente a terra que mora e trabalha (em hectares)**

Comunidade (propriedade)	Pastagem natural	Pastagem formada	Capineira	Cana de açúcar para forrageira	Milho para silagem	Culturas anuais	Culturas permanentes	Reflor estamento	Matas ciliares	Matas	Áreas Inaproveitáveis	Áreas inaproveitadas
SILVOLÂNDIA												
DOS BUENO												
SANTA MARIA												
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)												
CORREGO DA COSTA												
CORREGO FUNDO												
CORREGO DA ONÇA												
SÃO SEBASTIÃO												
SANTA LUZIA												

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 4.3- Condições das moradias dos Agricultores Familiares**

*(Habitação: Propriedade)*

Comunidade (propriedade)	Ano da Construção?	Quantos m <sup>2</sup> de área construída unidade	Houve melhorias na casa últimos anos?	Quais?	Qual sanitário usa casa?	De onde vem a água para uso na casa?
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 4.3.1 – Condições das moradias dos Agricultores Familiares (habitação / propriedade).**

<b>Comunidade:</b>	<b>Tipo de Paredes</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Tipo de Telhado</b>	<b>Tem energia Elétrica?</b>	<b>Se sim, a quanto tempo?</b>	
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SAO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 4.3.2 – Condições das moradias dos Agricultores Familiares ( habitação: cidade)**

<b>Comunidade:</b>	<b>Tem Habitação na cidade?</b>	<b>Tamanho área construída</b>	<b>Houve melhorias na casa últimos anos?</b>	<b>Quais?</b>	<b>Qual sanitário usa casa?</b>	<b>De onde vem a água para uso na casa?</b>
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SAO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 4.3.3 – Condições das moradias dos Agricultores Familiares (Habitação: Cidade)**

Comunidade: (propriedade)	Tipo de Parede		Tipo de Piso		Tipo de Telhado				
SILVOLÂNDIA									
DOS BUENO									
SANTA MARIA									
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)									
CORREGO DA COSTA									
CORREGO FUNDO									
CORREGO DA ONÇA									
SAO SEBASTIAO									
SANTA LUZIA									

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 4.4 – Quais eletrodomésticos você tinha e tem em sua casa**

Comunidade (propriedade)	Fogão a gás		Fogão a lenha		Máquina de costura		Rádio		Aparelho de som	
	chegou	Atual	chegou	atual	chegou	atual	chegou	atual	chegou	atual
SILVOLANDIA										
DOS BUENO										
SANTA MARIA										
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)										
CORREGO DA COSTA										
CORREGO FUNDO										
CORREGO DA ONÇA										
SÃO SEBASTIAO										
SANTA LUZIA										

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.



Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

### Quadro 5 – Informações Gerais do Sistema de Produção

Comunidade	Qual cidade você compra e vende seus produtos	Nos últimos anos houve mudança na produtividade? S/N	Se sim tipo e atividade	Entre os anos	Produtividade	Razões
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

### Quadro 5.1 – Informações Gerais do Sistema de Produção

Comunidade	mudança na produtividade tem relação com aquisição de maqs. e equipamentos S/N	Você faz inseminação artificial	Quantas vezes você limpa o pasto por ano	Nas roças que tipo de adubação?	Faz Rodízio de culturas?	Como faz conservação do Solo
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALÂNDIA						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						

SANTA LUZIA						
-------------	--	--	--	--	--	--

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 5.2 – Essas mudanças (acima) interferiram em sua vida pessoal em quais pontos?**

Nome do Proprietário / Comunidade	Mais tempo para família	Mais tempo para lazer	Mais tempo para trabalhar em outras atividades	Criou maior desgaste físico	Mais horas de trabalho para desenvolver as atividades	Obteve maior renda familiar e pode investir na propriedade
SILVOLANDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 5.3 – A Aquisição e o uso de máquinas e equipamentos:**

Comunidade	Elevou os custos da produção	Criou novas necessidades, quais?	Ampliar as atividades produtivas? Quais?	Criou necessidade de contratar mão de obra	Baixou custo de Produção?
SILVOLÂNDIA					
DOS BUENO					
SANTA MARIA					
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)					
CORREGO DA COSTA					
CORREGO FUNDO					
CORREGO DA ONÇA					
SÃO SEBASTIAO					
SANTA LUZIA					

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

### Quadro 5.4 Quanto à Assistência Técnica

Comunidade	Você já recebeu algum tipo de assistência técnica	Se sim de quem?	Quantas vezes por ano?	Houve treinamento p/vc e família Melhorando sistema de produção?	Nome treinamento ou curso:	Quem ofereceu? E onde?
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
SÃO SEBASTIAO						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

### Quadro 5.5 – O que estes treinamentos ou cursos ajudaram a melhorar a produtividade de suas atividades?

COMUNIDADE	
SILVOLÂNDIA	
DOS BUENO	
SANTA MARIA	
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)	
CORREGO DA COSTA	
CORREGO FUNDO	
CORREGO DA ONÇA	
SÃO SEBASTIAO	
SANTA LUZIA	

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.



## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**Quadro 6 - Você participa de algum tipo de organização?**

Comunidade	Sindicato	Cooperativa?	Associação?	Igreja	Não participa?
SILVOLÂNDIA					
DOS BUENO					
SANTA MARIA					
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)					
CORREGO DA COSTA					
CORREGO FUNDO					
CORREGO DA ONÇA					
SÃO SEBASTIAO					
SANTA LUZIA					

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 6.1 Se sim que tipo de participação?**

Comunidade	Todas as reuniões, cursos e eventos	De vez em quando de reuniões e eventos	De algumas assembleias e reuniões?	Que tipo de benefício Recebeu participando das organizações?
SILVOLÂNDIA				
DOS BUENO				
SANTA MARIA				
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)				
CORREGO DA COSTA				
CORREGO FUNDO				
CORREGO DA ONÇA				
SÃO SEBASTIAO				
SANTA LUZIA				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 7 – Existe áreas de lazer próximo da propriedade (sim/não) e quais as formas de Lazer preferidas pela família**

<b>Comunidade propriedade</b>	<b>Sim ou Não?</b>	<b>celebrações religiosas</b>	<b>Local de dança</b>	<b>Visita parente /amigo</b>	<b>Jogar bola</b>	<b>Mesa de truco</b>	<b>Assistir televisão</b>	<b>Outras?</b>
SILVOLÂNDIA								
DOS BUENO								
SANTA MARIA								
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)								
CORREGO DA COSTA								
CORREGO FUNDO								
CORREGO DA ONÇA								
SÃO SEBASTIAO								
SANTA LUZIA								

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado , trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Políticas Públicas**

***Quadro 8 – Linhas de Crédito e finalidades***

<b>Comunidade Propriedade</b>	<b>Crédito do FCO</b>	<b>Crédito do PRONAF</b>	<b>Em que foi aplicado</b>	<b>Qual resultado obtido</b>	<b>Pagou no prazo S/N</b>
SILVOLANDIA					
DOS BUENO					
SANTA MARIA					
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)					
CORREGO DA COSTA					
CORREGO FUNDO					
CORREGO DA ONÇA					
SÃO SEBASTIAO					
SANTA LUZIA					

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 8.1 – Qualidade das Estradas, distâncias das escolas e postos de saúde**

Nome do Proprietário / Comunidade	Qualidade das estradas: BOA REGULAR RUIM	Quem dá manutenção nas estradas	Existe escola Próxima de sua propriedade? A que Distância da propriedade em km?	Até que série atende a escola	Existe Posto saúde próximo propriedade? Distância da propriedade em KM
SILVOLÂNDIA					
DOS BUENO					
SANTA MARIA					
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)					
CORREGO DA COSTA					
CORREGO FUNDO					
CORREGO DA ONÇA					
SÃO SEBASTIAO					
SANTA LUZIA					

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado , trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 8.2 – Avaliação da atuação da Prefeitura, participação na elaboração do PMDR**

Comunidade	Como avalia a atuação da prefeitura em benefício aos agricultores familiares?	Você conhece o PMDR? S/N	Participou de alguma forma na sua elaboração? S/N	O que deveria ser feito pela prefeitura para melhorar a vida dos agricultores?
SILVOLÂNDIA				
DOS BUENO				
SANTA MARIA				
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)				
CORREGO DA COSTA				
CORREGO FUNDO				
CORREGO DA ONÇA				
SÃO SEBASTIAO				
SANTA LUZIA				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado , trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 9 - Atividades da família fora da propriedade**

Comunidade	SIM / NÃO	Que tipo?	Por quanto tempo no decorrer do ano?	Porque faz esta atividade?
SILVOLÂNDIA				
DOS BUENO				
SANTA MARIA				
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)				
CORREGO DA COSTA				
CORREGO FUNDO				
CORREGO DA ONÇA				
SÃO SEBASTIAO				
SANTA LUZIA				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008

**Quadro 9.1 - Atividades da família fora da propriedade**

Comunidade	Você tem ajuda externa?	De quem?	Qual frequência?	
SILVOLÂNDIA				
DOS BUENO				
ROSALÂNDIA (Distrito de SLMB)				
CORREGO DA COSTA				
CORREGO FUNDO				
CORREGO DA ONÇA				
SÃO SEBASTIAO				
SANTA LUZIA				

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

## O futuro do agricultor familiar

### Quadro 14 – Possibilidades de permanência de sua família na propriedade

Comunidade Propriedade	São boas, pois tenho ajuda de parentes próximos para a atividade.	Filhos moram na cidade, mas tenho forças para continuar na atividade.	Tenho recebido crédito e assistência técnica que ajudam a ficar na atividade	Não vai dar para continuar, pois os parentes próximos saíram e não consigo manter a atividade.	São ruins as possibilidades de permanecer, mas melhores que viver nas cidades como assalariado.	Outros. Quais?
SILVOLÂNDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIÃO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

### Quadro 14.1 – Os parentes próximos (filhos, genros, noras) VÃO continuar na atividade da propriedade.

Nome do Proprietário / Comunidade	SIM vão continuar	Porque vêm futuro nas atividades	Estão inseridos no sistema de produção e tiram suas despesas dele.	A infra-estrutura é boa, com moradia para todos.	Temos perto da propriedade boa escola e posto de saúde.
SILVOLÂNDIA					
DOS BUENO					
SANTA MARIA					
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)					
CORREGO DA COSTA					
CORREGO FUNDO					
CORREGO DA ONÇA					
SÃO SEBASTIAO					
SANTA LUZIA					

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 14.2 - Os parentes próximos (filhos, genros, noras) *NÃO* vão continuar na atividade da propriedade.**

Nome do Proprietário / Comunidade	NÃO	A terra é pequena, não dá para todos.	Não temos máquinas e equipamentos suficientes	O que produzimos não dá para suprir as necessidades básicas da família	Os filhos não querem estudar e mudar de atividade.	Quero que meus filhos estudem e mude de atividade.	Outros
SILVOLANDIA							
DOS BUENO							
SANTA MARIA							
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)							
CORREGO DA COSTA							
CORREGO FUNDO							
CORREGO DA ONÇA							
SÃO SEBASTIAO							

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 15 – O que deve ser feito *EM PRIMEIRO* lugar para melhorar a vida de sua família e a dos agricultores familiares?**

Nome do Proprietário / Comunidade	Ampliar as linhas de créditos	Aumentar a assistência técnica pública e gratuita	Melhorar as estradas Até o comércio + próximo	Melhorar ou construir escolas no meio rural	Ter assistência médica no meio rural	Construir silos e armazéns coletivos
SILVOLANDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 16 – Quais os principais PROBLEMAS que você vê para desenvolvimento da agricultura Familiar?**

Comunidade	Individualismo baixando a produtividade	Falta de estrutura de comercialização	Falta de equipamentos e maqs adequada a peq área	O Governo municipal e estadual ausente	Terra insuficiente para desenvolver atividades	Oferta melhores de condições nas cidades
SILVOLANDIA						
DOS BUENO						
SANTA MARIA						
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)						
CORREGO DA COSTA						
CORREGO FUNDO						
CORREGO DA ONÇA						
SÃO SEBASTIAO						
SANTA LUZIA						

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 17 – O que você entende por “Sustentabilidade”?**

Comunidade	Já ouviu falar de sustentabilidade	Se sim o que entende por Sustentabilidade?
SILVOLANDIA		
DOS BUENO		
SANTA MARIA		
ROSALANDIA (Distrito de SLMB)		
CORREGO DA COSTA		
CORREGO FUNDO		
CORREGO DA ONÇA		
SÃO SEBASTIAO		
SANTA LUZIA		

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.

**Quadro 18 - Estrutura fundiária dos agricultores pesquisados: (área em ha. no período da pesquisa).**

<b>Grupos de área total</b>	<b>Nº. estabelecimento</b>	<b>% frente ao total</b>	<b>Área em hectares</b>	<b>Média de há por agricultor</b>
1 < 10				
10 < 20				
20 < 30				
30 < 50				
50 < 80				
80 < 100				
100 < 150				
Acima de 150				
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>		

Elaboração: Orlandina Ferreira Machado, trabalho de campo realizado entre dezembro 2007 e fevereiro 2008.



## ANEXO II

### FAZENDA BOM JESUS



Elaboração: Valquenes Bernardes







Elaboração: Valquenes Bernardes



Elaboração: Valquenes Bernardes